

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

*Ano XXXVI • Nº 379
Brasília-DF • Outubro 2015*

Dom Erwin: "A razão profunda de todos os conflitos agrários é a injusta distribuição de terras agricultáveis em nosso país"

Páginas 3, 4 e 5

A PEC 215 aprovada pela Comissão Especial da Câmara é muito mais grave do que se imagina e concretiza um ranço secular

Páginas 6 e 7

Nesta edição: VIII Encarte Pedagógico
Um olhar sobre a saúde dos povos indígenas

NÓS QUEREMOS #cpidogenocídio

Com o objetivo de acabar com a impunidade dos recorrentes crimes e das violências cometidas contra os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Genocídio. Os Conselhos dos povos Terena, Guarani e Kaiowá propõem um embargo internacional aos produtos do agronegócio produzidos em suas terras.

Páginas 8, 9 e 10

“Não o assassino, os assassinados são culpados”

Agradeço essa convocação oportuna para a participação nesse Ato Ecumênico ou melhor, nesse Ato Macro Ecumênico em defesa dos povos Guarani e Kaiowá aqui no Mato Grosso do Sul e, um pouco também, em defesa do Cimi que foi “agraciado” com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Eu digo “agraciado” porque essa CPI nos abrirá oportunidades para a repercussão, nacional e internacional, dos crimes cometidos contra os Guarani e Kaiowá e demais povos originários do MS e do Brasil.

A CPI do Cimi me lembra de uma novela do grande escritor austríaco, Franz Werfel, perseguido pelos nazistas e expulso de sua terra por causa de sua origem étnica. O título dessa novela, que poderia servir também para os cenários, nos quais se encontram os povos indígenas, aqui no MS, é: “Não o assassino, os assassinados são culpados”.

Os culpados não são os paramilitares e não os fazendeiros organizados em milícias armadas que, entre agosto e setembro deste ano, provocaram mais de dez ataques contra as Terras Indígenas Nanderú Marangatú, Guyra Kamby’i (TI Panambi-Lagoa Rica), Pyelito Kue (TI Iguatemepegua I) e Potreiro Guasu.

Os culpados são os Guarani e Kaiowá.

Os culpados do assassinato do líder Guarani e Kaiowá Semião Vilhalva não são os fazendeiros organizados em milícias armadas; nem são eles os culpados dos ferimentos causados por tiros com armas de fogo em três indígenas; nem são eles os culpados pelas feridas por balas de borracha; nem são eles os culpados pelo espancamento de dezenas de indígenas; nem são eles os culpados pelo estupro coletivo contra uma mulher Guarani e Kaiowá, segundo denúncias que nos chegaram da respectiva região.

Os culpados são os Guarani e Kaiowá.

Os culpados dos mais de 580 suicídios e dos 390 assassinatos de Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, nos últimos 12 anos, não são os paramilitares nem os fazendeiros organizados em milícias armadas, nem a ala ruralista que lucra com as terras indígenas incorporadas nos seus latifúndios.

Os culpados são os próprios Guarani e Kaiowá...

Pela inconveniência de atacar os Guarani e Kaiowá à luz do dia, seus inimigos os atacam na calada da noite. À luz do dia atacam seus aliados, em concreto, o Cimi, através de uma CPI que em vez de Comissão Parlamentar de Inquérito melhor seria chamada de CDF, Comissão de Despistamento dos Fatos. Essa CPI/CDF se dirige contra os Guarani e Kaiowá e todos os seus aliados, contra os movimentos populares do campo, as

Comunidades Eclesiais de Base, ecumenicamente organizadas, e contra as Pastorais Sociais. Agradeço, como presidente do Cimi, a solidariedade que recebemos por defender a causa dos povos indígenas...

Se não se tratasse de um jogo com cartas marcadas, poderíamos nos empenhar na realização de CPIs sérias, verdadeiras, sem fins eleitorais. Por exemplo, uma CPI sobre o confinamento histórico dos Guarani e Kaiowá em condomínios que não garantem seu sustento, o que daria razão às suas reivindicações. Poderíamos também solicitar uma CPI sobre o financiamento da última campanha eleitoral da dentista e deputada estadual do Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), Mara Caseiro, proponente da CPI do Cimi e, no dia 30 de setembro, eleita presidente dessa CPI que lhe muito convém. No dia 2 de outubro, Mara Caseiro aproveitou o último dia do prazo permitido para trocar de domicílio eleitoral para mudar seu título para Campo Grande, onde vai concorrer à prefeitura da capital nas eleições do ano que vem.

É óbvio que a CPI do Cimi não tem por objetivo, como o documento de convocação reza, investigar se a entidade “incitou ou financiou invasões de propriedades particulares em Mato Grosso do Sul”. O verdadeiro objetivo da deputada é o de se servir da CPI como trampolim para criar visibilidade para sua “pré-candidatura” à prefeitura de Campo Grande.

Os Guarani e Kaiowá foram caçados e escravizados: pelos bandeirantes; colonizados pela Cia Matte Laranjeiras, que se apropriou de suas terras para o plantio da erva mate; pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI); pelos governos militares; e, finalmente, pelos governos democráticos de hoje; estes, por sua vez, colonizados pelo grande capital.

Os Guarani e Kaiowá são sobreviventes “que vêm da grande aflição” (Apc 7,14). Resistem com bordunas, maracás e com a inspiração da Palavra de Nanderú.

Bordunas, arcos e flechas, hoje, não têm muita serventia para enfrentar os jagunços do agronegócio. Mas a Palavra de Nanderú fez da sobrevivência desses índios não uma probabilidade, mas uma certeza.

Uma dessas sobreviventes Guarani, marcada por rugas de luto, luta e fome, perguntada porque justo agora estão retomando as suas terras, num momento em que as forças são tão desiguais, respondeu “Nanderú mandou dizer: ‘está na hora’”.

Dom Roque Paloschi, Presidente do Cimi
Ato Ecumênico, Campo Grande, 7 de outubro de 2015

Porantinadas

“Pedaladas” para o agronegócio

De acordo com o *Contas Abertas*, a maior parcela dos recursos oriundos das polêmicas “pedaladas fiscais” foi destinada ao subsídio para as grandes empresas, por meio do BNDES, e a empréstimos para empresas do agronegócio, por meio do Banco do Brasil. Juntos, estes dois bancos somaram 54,4% do total de R\$ 40 bilhões das “pedaladas”. Ou seja, mais uma vez, as mega empresas e o agronegócio são os beneficiários de ações que prejudicam toda a sociedade brasileira e os pobres, além de pagarem a conta, levam a fama (já que noticiou-se que as “pedaladas” teriam subsidiado programas como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida).

Garimpeiros no comando

Explicitando que mau-caratismo não tem limite, garimpeiros tomaram posse da Base de Fiscalização da Funai na Serra da Estrutura, localizada na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, no dia 2 de outubro. Além de se apropriarem de equipamentos da Base de Apoio deste órgão, como um gerador de energia, e de aliciar jovens para as atividades garimpeiras, ele ameaçaram destruir as aldeias, caso o povo não contribuísse com suas ações ilegais. Segundo a Hutukara Associação Yanomami, no início de 2012, a Funai havia desarticulado um grupo de garimpeiros nesta região, inviabilizado o acesso à pista de pouso clandestina e construído na região uma base de apoio com ajuda dos Yanomami e da própria Hutukara.

Legalizar a ilegalidade

Em março deste ano, alegando falta de condições materiais e logística para manter a base de apoio funcionando, a Funai retirou os servidores da Serra da Estrutura. Rapidamente, os garimpeiros voltaram e tomaram “conta da situação”. Ações ilegais como essas escancararam a gravidade da legalização da exploração de minérios nas terras indígenas. São diversos e numerosos os tentáculos das mineradoras e dos deputados financiados por elas que querem mudar, a qualquer custo, a Constituição Federal para que possam sugar estes bens das terras indígenas. Se isso acontecer, os impactos ambientais e os sociais e culturais, sofridos pelos indígenas, serão irreversíveis.



“Jamais deixarei de lutar pela nobre causa dos povos indígenas e pela Amazônia”

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Quando ele chegou em Belém a bordo de um navio cargueiro, em uma madrugada no final de novembro de 1965, já sabia que ia ficar. Mesmo sem nunca ter vindo para o Brasil, da distante Áustria, escolheu a tropical região do Rio Xingu para sua morada e lugar de sua atuação como missionário. Recém ordenado padre, tinha como referência aqui o seu tio Eurico, bispo daquela Prelazia. Passados 50 anos, Dom Erwin Kräutler sabe já há um bom tempo que sua intuição estava certa: o Xingu é seu lugar e o seu povo tornou-se a sua segunda família. Assim, ele se define como um “brasileiro nascido na Áustria”. Nesse período, sua vida esteve longe de ser convencional. Quando tinha 42 anos assumiu o bispado da Prelazia do Xingu, a maior do Brasil em extensão territorial. Por 17 anos (não contínuos), ocupou a Presidência do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - período mais extenso que qualquer outro presidente. No Brasil e no exterior, Dom Erwin notabilizou-se como abnegado defensor dos povos indígenas e da natureza; por isso, tornou-se um declarado e severo crítico dos governos Lula e Dilma: “Nossa decepção até hoje é imensa. Sentimo-nos traídos”. Por suas denúncias contra madeireiros, grileiros, latifundiários, trabalho escravo e a exploração sexual de adolescentes, dentre outras, ele sofreu diversas ameaças e um suspeito acidente quase tirou-lhe a vida numa rodovia na Amazônia, em 1987. Antes, em 1983, foi preso pela Polícia Militar por solidarizar-se com canavieiros que não recebiam o pagamento há nove meses. Para seu desconforto, há dez anos vive sob proteção policial. Em audiência particular com o Papa Francisco, em 4 abril de 2014, ele teve a oportunidade de denunciar a campanha anti-indígena em curso no Brasil. O conteúdo da Encíclica da Ecologia “*Laudato Sí* – sobre o cuidado da casa comum” evidencia que essa conversa influenciou bastante o pontífice. Dom Erwin recebeu diversos prêmios mundo afora, mas se orgulha mesmo de “conhecer o Xingu como a palma da mão” e de ser reconhecido por alguns povos indígenas como “um deles”. Nesta entrevista por e-mail ao *Porantim*, ele fala sobre seu profundo envolvimento com os povos indígenas, os desafios que enfrentou estando na linha de frente do Cimi e sobre a mística indígena, além de seus planos para o futuro.

Porantim - Como o senhor avalia estes anos à frente da Presidência do Cimi?

Dom Erwin Kräutler – Foram, no total, 17 anos. Quatro mandatos (1983 a 1991 e 2007 a 2015) e um mandato tampão (2006) em consequência da morte repentina de Dom Franco Masserdotti, vítima de um acidente automobilístico em Balsas, no Maranhão. Os primeiros dois mandatos vivi no contexto da Assembleia Nacional Constituinte e da promulgação da nova Carta Magna do País. Foram anos de muita luta em favor da Causa Indígena. Fizemos de tudo

Após meio século de vida no Xingu, tendo por 34 anos sido o bispo desta Prelazia e por 17 anos ocupado o cargo de presidente do Cimi, Dom Erwin inicia em 2016 uma nova etapa de sua vida: “Não se trata de despedida”

Laila Meneses

para que os direitos indígenas fossem inscritos na nova Constituição Federal. Inúmeras reuniões, visitas a parlamentares, conferências em diversos níveis, inclusive no Congresso, articulações com representantes dos povos indígenas e junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB], tanto nas suas assembleias gerais como nas reuniões do Conselho Permanente. O capítulo “Dos Índios”, com seus artigos 231 e 232, da Constituição de 1988 constitui, de fato, uma virada copernicana, pois finalmente foi abolida a tese etnocida da “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” que perpassava as constituições anteriores. Foi, sem dúvida, uma das maiores vitórias dos povos indígenas e de todos nós, aliados destes povos, na luta pelo reconhecimento constitucional de seus direitos. No dia 1º de junho de 1988, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte aprovou a redação do capítulo específico sobre os direitos indígenas. No segundo e último turno de votação plenária, na sessão de 30 de agosto de 1988, de 453 votos, o capítulo sobre os índios obteve 437 votos favoráveis, 8 abstenções e

8 votos contrários. Gratos e emocionados pudemos cantar: “Quero entoar um canto novo de alegria, ao raiar daquele dia de chegada ao nosso chão. Com meu povo celebrar a alvorada, minha gente libertada, lutar não foi em vão”. Os anos 2006 a 2015 se caracterizaram pela luta sem trégua pela aplicação dos parâmetros constitucionais e pelo apoio aos povos indígenas em todo o país na defesa de seus direitos às suas terras ancestrais. A Constituição Federal previa, no Art. 67 do Ato das Disposições Transitórias, a demarcação de todas as áreas indígenas “no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. Esse prazo expirou em 1993 e, até hoje, na metade das áreas indígenas identificadas o processo de demarcação e homologação não foi concluído. Há tempo já havíamos verificado uma protelação sistemática dos processos de demarcação. Percebíamos a má vontade do governo de cumprir os ditames da Constituição. O governo tornou-se cada vez mais refém da bancada ruralista no Congresso. É uma vergonha para todo o Brasil que, depois de 25 anos, o governo



ainda não cumpriu o que a Constituição exigiu num prazo de cinco anos. E todos nós esperávamos que o PT [Partido dos Trabalhadores] fosse favorecer os povos indígenas. Nossa decepção até hoje é imensa. Sentimo-nos traídos. E traição dói!

Porantim - *Quais são os motivos do Cimi ser frequentemente criminalizado?*

Dom Erwin - A causa das perseguições que o Cimi está sofrendo é a defesa dos direitos constitucionais indígenas, especialmente às suas terras ancestrais. Em última análise, somos hostilizados e criminalizados por causa do nosso empenho em favor da demarcação das terras indígenas, determinada pela Constituição. A mais vergonhosa inversão de valores acontece no Mato Grosso do Sul: em vez de cumprir o que determina a Constituição, cria-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] contra quem, há décadas, exige nada mais nada menos do que o cumprimento da Carta Magna do País.

Porantim - *Quais foram e continuam sendo os maiores desafios que o senhor encontrou na Prelazia do Xingu?*

Dom Erwin - Os problemas que nos desafiam no Xingu são basicamente três:

1. A progressiva destruição do meio-ambiente. Continua em vigor a ideia de que a floresta tropical tem que ser derrubada para “beneficiar” uma determinada área. Assim, a cada ano que passa, inúmeros quilômetros quadrados sucumbem à fúria do agronegócio, da pecuária. No município de Tucumã, fundado em 1988, sobraram apenas 10% da vegetação original. Nos municípios vizinhos de São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte a situação não é pior por causa das áreas indígenas demarcadas. Sobrevoando a região percebe-se nitidamente o limite entre as áreas indígenas Kayapó, com suas florestas de um lado, e, de outro, as enormes extensões de terras desmatadas pelo latifúndio.

2. Os grandes projetos governamentais e as mineradoras. O paradigma emblemático é Belo Monte e, junto à hidrelétrica, a mineradora Belo Sun. Belo Monte foi decidido e implementado pelo governo alegando “interesse nacional”. Está em fase de conclusão. Mas até hoje não foram cumpridas as condicionantes estabelecidas pelo próprio governo. Altamira encontra-se num verdadeiro caos em termos de saúde, educação, transporte e segurança pública. Belo Sun é uma mineradora canadense que, com direitos adquiridos do governo brasileiro, pretende explorar toneladas de ouro na Volta Grande do Xingu. Quem ainda tem a coragem de afirmar que a Amazônia é nossa? Firms estrangeiras apropriam-se da riqueza dessa região. A empresa é acobertada de legalidade concedida pelo governo brasileiro. Resta apenas saber: quem se beneficiou com essa manobra? Lava-Jato que o descubra!

3. Não é uma peculiaridade do Xingu, mas talvez aqui se sinta com mais intensidade: a calamitosa condução da coisa pública pela maioria dos prefeitos e das câmaras de vereadores. Tem-se a nítida sensação de que a coisa pública está nas mãos de uma corja de corruptos exclusivamente preocupados em aumentar as suas posses e engordar suas contas bancárias. Há município em que o prefeito e o presidente da câmara residem numa cidade bem distante e dificilmente mostram a cara ao povo. E nada acontece! Há malversação

de dinheiro público que ultrapassa todos os limites. Os ladrões de paletó e gravata gozam de escandalosa impunidade. Num município gasta-se milhões de reais em festas, shows e torneios, no outro município, com 28.000 habitantes, não existe sequer uma única ambulância e durante semanas não há um médico para atender a população. Morre gente pela simples falta de primeiros socorros. O povo está entregue à própria sorte. E nada acontece! É terrível!

Porantim - *Desde que o senhor chegou no Xingu, em 1965, o que o senhor observa que mudou em relação aos povos indígenas?*

Dom Erwin - O capítulo “Dos Índios” na Constituição Federal teve, sem dúvida, grande influência nos povos indígenas. Lembro-me da época anterior em que indígenas que vieram a Altamira sentiam-se como peixe fora d’água, desprezados, humilhados, hostilizados pelo povo da cidade. Foram considerados selvagens, traiçoeiros, bichos do mato. Nos conflitos entre brancos e índios, a sociedade sempre tomou posição em favor dos brancos. Ninguém se deu conta de que houve agressões violentas aos índios, verdadeiras chacinas que fizeram os índios ver no branco o inimigo número um, que invadiu suas aldeias e sempre deixou um rastro de sangue. E, de certo modo, esse *apartheid* perdura até hoje. Desde então passaram-se anos. E, de repente, tudo mudou. Reconhecidos os seus direitos na Carta Magna do País, os índios recuperaram o orgulho de pertencer a esse ou àquele povo. Ergueram as cabeças e sentiram-se “gente” que sempre foram mas não eram respeitados em seus costumes e sua cultura, em sua língua, diferentes da

sociedade majoritária brasileira. A nova Constituição, pelo menos, criou artigos favoráveis para que saíssem de sua secular condição de párias da sociedade, deixassem de ser tutelados pelo Estado como se fossem menores de idade ou deficientes mentais. Tornaram-se, pela primeira vez, cidadãos e cidadãs verdadeiros. E aos poucos começaram a organizar-se em associações para fazerem-se ouvir e defenderem seus direitos, pois a letra constitucional precisava tornar-se realidade no chão concreto das aldeias. Hoje os indígenas dos diversos povos assumiram seu protagonismo na luta pelo respeito e pela garantia de seus direitos. Nós, do Cimi, também aprendemos que nossa missão é sermos aliados deles e não tutores eclesiásticos. Eles são os sujeitos da sua história.

Porantim - *Como o senhor reagiu quando a ilha de Arapujá começou a ser desmatada para ser, posteriormente, inundada pelo reservatório de Belo Monte?*

Dom Erwin - Quando vi, da janela do meu escritório, o desmatamento e as queimadas na Ilha do Arapujá - que faz parte do cartão postal de Altamira, pois se encontra bem em frente à cidade -, fiquei profundamente abalado com esse perverso crime ambiental. Tentando afugentar as mágoas, pus no papel o meu desabafo:

“Adeus, Arapujá”

“Choro, não sei se é de raiva, de revolta ou de tristeza. Creio que é pelas três razões ao mesmo tempo. É um profundo pesar, uma dor pungente, dilacerante. Sinto-me como alguém que é açoitado sem dó e piedade. E é inocente. Depois da tortura, já coberto de hematomas, que adianta provar a inocência!”

E lá em cima, nos gabinetes confortáveis da capital federal, defendem a legalidade da destruição do Xingu. Invocam a tese do “interesse nacional”.

Você pode imaginar o que significa para mim o afogamento da Ilha do Arapujá? Durante cinquenta anos a contemplei com carinho, sempre que a mirava (Alta-mira) da janela de meu quarto ou escritório na ‘rua da frente’. E oitenta anos atrás, já meus tios Eurico e Guilherme se encantaram com essa beleza!

É um pedaço de mim que agora vai para o fundo”.

Porantim - *Há alternativas para a construção de Belo Monte?*

Dom Erwin - Há, sem dúvida, alternativas. Afir-mar que, se não aproveitarmos os recursos hídricos da Amazônia, somos obrigados a recorrer a usinas nucleares ou, então, a manter as termoelétricas, que usam combustíveis fósseis altamente poluentes, é mera falácia. Independentemente das hidrelétricas na Amazônia, a usina nuclear Angra dos Reis III está sendo construída. Os alemães se despedem da energia nuclear, mas o Brasil recebe de braços abertos o *know how* alemão de construção de usinas nucleares. Quanto às termoelétricas, nunca ouvi falar que com a inauguração de Belo Monte elas serão desativadas. Continuam a poluir a atmosfera, haja hidrelétrica ou não. Na realidade, falta vontade política para optar por outras fontes energéticas:

1. O Brasil tem um índice elevadíssimo de insolação e, desgraçadamente, deixa de aproveitar esse seu potencial solar. Na Amazônia, que abrange 49% da superfície do país, o sol brilha praticamente o ano inteiro, das seis às seis. Mesmo na época das chuvas, os dias ensolarados predominam. A Alemanha, que nem de longe dispõe de uma insolação como a do Brasil, bate hoje recordes de produção de energia solar, enquanto na matriz elétrica brasileira a contribuição da eletricidade solar é praticamente inexistente. Não seria melhor recorrer ao *know how* solar alemão em vez de apostar no *know how* nuclear?

2. Quase todo o território nacional tem potencial para geração de energia eólica. Já há a previsão de que a fonte eólica representará 5,5% da matriz energética brasileira já em 2016, mas o Brasil teria possibilidade de aumentar muito mais esse tipo de energia. O litoral brasileiro tem uma extensão de 7.367 km ou de aproximadamente 9.200 km se forem consideradas as saliências e reentrâncias. Há longos trechos desabitados e não turisticamente relevantes que poderiam perfeitamente servir à captação mais intensa de energia eólica.

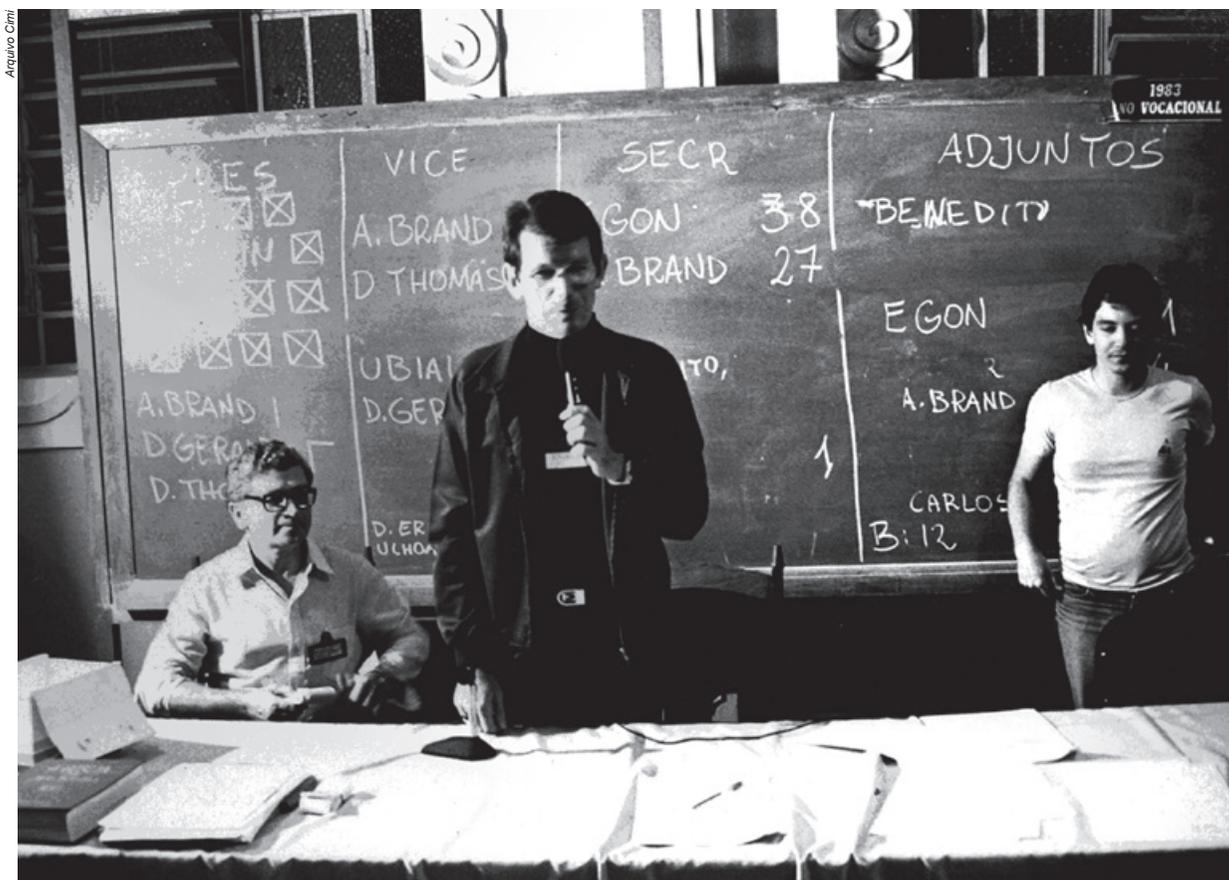
3. Biomassa: Materiais como serragem, resíduos agrícolas, restos de alimentos, bagaço de cana e outros podem ser transformados em energia. A utilização desses materiais para a produção de eletricidade ajuda na diminuição do CO₂ na atmosfera e faz diminuir os aterros sanitários. Lixo vira energia.

4. Muitas das usinas hidrelétricas em operação espalhadas pelo Brasil não funcionam com toda a sua capacidade. Por que construir barragens e hidrelétricas novas se as existentes não exaurem todo o seu potencial?

5. Vários linhões de transmissão de energia elétrica são obsoletos. A consequência é uma considerável perda de energia. Seria bem mais oportuno antes de pensar em novas barragens preocupar-se com o aperfeiçoamento e a manutenção das redes de distribuição.

Porantim - *Por que a violência no campo não para de aumentar no Brasil?*

Dom Erwin - A razão profunda de todos os conflitos agrários é a injusta distribuição de terras agriculturáveis em nosso país. Há uma escandalosa disparidade entre



Por 50 anos, Dom Erwin viajou de barco, jipe e a pé pelos rincões da região do Xingu e pôde experimentar de perto as violações que indígenas, ribeirinhos e camponeses sentem na pele, diariamente

detentores de imensas extensões de terra e agricultores que, com suas famílias, não têm onde cair mortos, que não têm onde morar, plantar e colher para o seu sustento. Esperávamos dos governos do PT uma política agrária diferente. A Reforma Agrária sempre foi sua bandeira, a prioridade número um do PT. Em todos os discursos de palanque nas campanhas para presidente se prometeu “se eleito for” tocar a reforma agrária e se acusou os governos anteriores de serem responsáveis pelos conflitos de terra por falta de reforma agrária. Uma vez eleitos, tanto Lula como Dilma mudaram de lado e tornaram-se reféns da bancada ruralista. E nunca mais se ouviu falar em Reforma Agrária.

Porantim - Diante da atual conjuntura, em que os Três Poderes protagonizam uma clara ofensiva sobre os direitos indígenas, como os povos podem garantir a continuidade de seus direitos?

Dom Erwin - Os povos indígenas já mostraram que não se deixam vencer. Devem continuar com suas manifestações em defesa de seus direitos constitucionais. Contam até com o aval do Papa que se refere a eles na sua Encíclica *Laudato Si* dizendo que os índios “não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços” (LS 146). E nós, do Cimi, fiéis ao nosso plano pastoral, continuamos a seguir o objetivo da entidade: “Testemunhar e anunciar profeticamente a boa-nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo” (Plano Pastoral, n. 49).

Porantim - Existe uma relação entre a espiritualidade cristã/católica e as dos povos indígenas?

Dom Erwin - Sem dúvida, existem convergências entre a espiritualidade cristã-católica e as culturas indígenas. Para cristãos e cristãs “espiritualidade” sig-

nifica “viver segundo o Espírito” (Rom 8, 5): deixar-se guiar pelo Espírito do Senhor. É a motivação profunda na condução da vida, a mística que inspira as ações na linha do que Paulo escreveu aos Filipenses: “Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus” (Fil 2,5). Para os povos indígenas eu não iria aplicar esse mesmo termo sem precisá-lo. Há diferenças enormes no modo de entender “espírito”. Por exemplo, no mundo Kayapó, *megaron* (espírito, alma) teve uma conotação bastante negativa. Na compreensão deles, a intenção dos espíritos geralmente é má. Por isso provoca medo. Talvez a palavra “mística” seja mais apropriada em relação à cosmovisão que orienta a vida dos povos indígenas na sua esfera pessoal e comunitária. Mística tem a ver com mistério. E na vida dos indígenas o “mistério” tem um lugar proeminente. Eles vivem sua vida em constante sintonia com o sobrenatural. E, aí, quem não lembra logo do *Sumak Kawsay* (Bem Viver) que os povos indígenas andinos conservam desde tempos imemoriais? Existe um ser supremo que criou todas as coisas e por isso deve ser amado e respeitado. Esta consciência faz o homem e a mulher viverem em paz consigo mesmos e em harmonia com os irmãos e irmãs e, ao mesmo tempo, com todos os seres criados, com o mundo que nos circunda. Isso é realmente uma mística que inspira toda a vida não apenas indígena, mas a vida de todos nós. Aí existe realmente um paralelismo com a nossa fé e espiritualidade cristã. Quem lê a Encíclica se impressiona como essas ideias milenares dos povos andinos repercutem nas meditações de nosso Papa.

Mas vejo ainda outros valores do Evangelho nas culturas dos povos indígenas. No Evangelho de São Mateus lemos que Jesus fala para seus discípulos e discípulas: “Um só é vosso mestre, mas vós todos sois irmãos e irmãs!” (Mt 23,8). Sempre me impressionou como os indígenas continuam a dar importância à comunidade. Seu pronome preferido não é “eu”, mas sim “nós”. Na

realidade, eles se sentem comunidade, chamam-se entre si de “parentes”, formam uma grande família. A maior expressão de apreço e carinho que recebi da parte deles foi quando o cacique me falou: “*wajanga benjadjwyr rax kuben kêt, ôbikwa kumrêx*” (O bispo não é um branco. Ele é nosso parente) e a mulher do cacique ainda me adotou como filho.

Um outro fato, já muitas vezes apreciado, é a relação dos indígenas com a sua terra. Para o sistema e a ideologia neoliberal, terra virou mercadoria. Compra-se e vende-se. Para os indígenas, há milhares de anos, é o seu lar, sua pátria, o chão de seus mitos e ritos, o ambiente próprio para suas danças e crenças, a terra em que sepultaram seus ancestrais.

Lembro-me de um episódio que aconteceu alguns anos atrás e muito me comoveu. Foi no dia 3 de junho de 2007 que representantes de povos indígenas foram até a orla do Xingu para celebrar o encerramento de seu encontro realizado no Centro Betânia, em Altamira. Um índio Kayapó subiu, então, na carroceria de um caminhão. Contemplou a maravilha cativante das águas verdes-esmeralda do Xingu. Depois dirigiu o olhar para a Ilha do Arapujá, bem defronte de Altamira, hoje já desflorestada e aguardando o dia fatal em que será submersa. Finalmente divisou no horizonte a Terra dos Assurini, antiga pátria de outro povo xingua, forte e livre no passado. Mais uma vez mirou as águas misteriosas do *Bytire* (nome do Rio Xingu na língua Kayapó) que narram a milenar história da vida de seu povo e exclamou: “O que será de nossas crianças?”. E acrescentou: “Não permitimos que as sepulturas de nossos ancestrais vão para o fundo!”

Porantim - Até quando o senhor ocupa o cargo de secretário da Comissão Episcopal para a Amazônia? Quais são seus planos para o futuro?

Dom Erwin - No dia 23 de dezembro o Papa Francisco aceitou a minha renúncia a titular da Prelazia do Xingu, que já havia apresentado em 8 de julho de 2014, conforme recomendado no Direito da Igreja para bispos que completam 75 anos de idade. Passou-se um ano e meio até que, finalmente, foi nomeado meu sucessor na pessoa do Frei João Muniz Alves, da Ordem dos Frades Menores (OFM), natural de Santa Rita, no norte do Maranhão. Fico

muito feliz que o Papa escolheu esse frade franciscano para a Igreja do Xingu. Ele mesmo se entende como missionário que sai do Maranhão para dedicar-se a essa Igreja local, a maior circunscrição eclesial do Brasil. Vai precisar de algum tempo para conhecer o Xingu. Já que me escolheu como consagrante principal na sua ordenação episcopal a ser realizada em 5 de março, em São Luís do Maranhão, certamente conta ainda com minha ajuda de irmão até conhecer de perto as regiões, paróquias e áreas de pastoral, as diversas dimensões da Prelazia e também os desafios da Igreja do Xingu. Os meus cargos de secretário da Comissão Episcopal para a Amazônia, presidida pelo Cardeal Dom Cláudio Hummes, e de

coordenador da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam) no Brasil continuam, independentes da sucessão no Xingu. E o que disse no final do último relatório como presidente do Cimi, em 17 de setembro de 2015, repito agora: “Guardadas as devidas proporções, lembro a palavra de São Paulo a seu discípulo Timóteo: ‘Combati o bom combate, terminei minha corrida, guardei a fé’ (2 Tim 4,7). Não se trata de despedida, pois mesmo voltando a ser ‘soldado raso’, enquanto Deus me der a vida jamais deixarei de lutar pela nobre causa dos povos indígenas e pela Amazônia”. ♦

“A razão profunda de todos os conflitos agrários é a injusta distribuição de terras agriculturáveis em nosso país. Há uma escandalosa disparidade entre detentores de imensas extensões de terra e agricultores que não têm onde cair mortos.”

Um projeto de 515 anos

A PEC 215 estabelece instrumentos anti-indígenas que são seculares e muito mais graves que a transferência, do Executivo para o Legislativo, da prerrogativa de demarcar as terras indígenas – principal, e muitas vezes único, aspecto divulgado pela imprensa

Egon Heck, do Secretariado Nacional

“Estão querendo nos matar com a lei, com a caneta. Antes usavam o fuzil e outras armas pesadas. Hoje aliviaram. Nos matam com caneta”. Esta tem sido uma afirmação recorrente das lideranças indígenas, que expressa o drama em que se encontram os povos originários nas últimas décadas. Um dos exemplos mais emblemáticos dessa realidade é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, de abril de 2000, aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados no dia 27 de outubro. A rigor, ela é a ponta do iceberg anti-indígena que ameaça os direitos constitucionais desses povos, garantidos por meio de muita luta. Criada na euforia comemorativa dos 500 anos da invasão dos colonizadores, esta PEC foi gestada pelas elites opressoras durante séculos de ódio, racismo, dominação e extermínio.

Têm sido cada vez mais recorrentes, nas últimas décadas, as iniciativas para exterminar as populações nativas. Esse propósito tornou-se mais evidente a partir da década de 1970, no anos de chumbo da ditadura militar. Segundo o relatório apresentado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014, cerca de 8.500 indígenas foram assassinados no período entre 1964 e 1988, fazendo com que eles tenham sido as maiores vítimas da ditadura. Ali, não apenas a intenção do genocídio era evidente como também foram definidos mecanismos e estabelecidos prazos para a supressão dos povos indígenas no Brasil. Um exemplo desta política se materializou no Projeto de “Emancipação” gestado pelo general Rangel Reis, então ministro do Interior.

O Projeto de Emancipação e a PEC 215

Pode-se perceber claramente naquela iniciativa do Estado brasileiro uma precoce raiz da PEC 215 pois o que a “emancipação” almejava, em última instância, era acabar com as terras indígenas, liberando-as para o latifúndio e a incipiente, mas voraz, expansão do agronegócio.

O Projeto de Emancipação tinha uma lógica muito simples e eficaz, conforme o pensamento hegemônico naquele período. Os “índios aculturados”, aqueles que falavam português, estavam vestidos e usavam relógio, seriam liberados da proteção do Estado através dos pedidos coletivos de “emancipação”. Com isso, conforme os ideólogos dos “índios como realidade transitória”, 80% dos 100 mil índios, então sobreviventes, deixariam de existir. Restando 20 mil selváticos na Amazônia, para os quais se previa um período de 20 anos para deixarem de ser índios.

Portanto, o imaginário de um Brasil sem índios sempre esteve muito presente nas projeções das elites, que previam que o país estaria “livre dos índios” até o ano 2000. E foi exatamente naquele ano que se urdiu a trama da PEC 215.

A lógica desta proposta emergiu durante vários momentos na história mais recente do Brasil. Ela aflorou no processo Constituinte na década de 1980, por ocasião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que, de fato, era uma estratégia para impedir a conquista dos direitos indígenas na Constituição. O senador Bernardo

Cabral, então relator da Comissão de Sistematização da Constituição, apresentou um substitutivo aos direitos indígenas que nada mais era do que o projeto de emancipação travestido, com a mesma lógica dos índios “aculturados e não aculturados”, ou seja, os que teriam direito a seus territórios e projetos de vida e sociedade e os que não mais teriam esses direitos.

A proposta de revisão constitucional e a PEC 215

No ano em que deveriam estar demarcadas todas as terras indígenas, ou seja, cinco anos após a promulgação da Constituição, em 1993, novamente os princípios do Projeto de Emancipação retornaram. Setores militares, parlamentares e as elites conservadoras investiram pesado para que fosse realizada uma ampla revisão constitucional que, na verdade, significava a retirada de conquistas sociais e, especialmente, os direitos indígenas. E ainda mais grave, ao invés de concluir a demarcação das terras indígenas, indicava a liberação dessas áreas para os insaciáveis apetites do latifúndio.

Portanto, não fosse a admirável capacidade de resistência desenvolvida pelos povos nativos nesses mais de cinco séculos, as projeções catastróficas poderiam estar se cumprindo.

Desse modo, o que, de fato, podemos apreender e ressaltar desse histórico é que, efetivamente, o que está em jogo são as terras indígenas. Em todas essas projeções e aspirações os índios até seriam toleráveis, desde que abdicassem de seus territórios e dos recursos naturais neles existentes. Essa sempre foi a ambição do latifúndio e, mais recentemente, do agronegócio. É preciso lembrar que, a rigor, o saque e o roubo dos recursos naturais teve início com a chegada dos colonizadores europeus.

Dom Tomás Balduino, que foi presidente do Cimi na década de 1970 e sempre esteve profundamente ligado à luta pela terra, sempre dizia que a verdadeira questão de fundo é a terra. Já bastante adoentado, dois dias antes de morrer, ele solicitou que o Cimi e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) reunissem uma comissão de renomados juristas para que aprofundassem a visão de terra dos povos indígenas.

O capitalismo selvagem não suporta a existência da propriedade coletiva e nem que a terra, como objeto de produção, possa estar fora do seu mercado. Essa ainda é a grande motivação da luta anti-indígena, até hoje.



Cinco anos após a promulgação da Constituição, setores vinculados às elites tentaram implementar uma revisão do texto que retirava os direitos indígenas



A bancada ruralista aprovou a PEC 215 durante a realização do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, o que causou protestos em todo o país

Histórico da PEC 215

2000, 19 de abril - a PEC 215 foi apresentada pelo deputado Almir Sá (PR-RR)

2004 - Apresentada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a PEC teve seu parecer negado pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), que pediu seu arquivamento por sua inconstitucionalidade

2012, 21 de março - Os deputados eleitos em 2010 aprovaram a PEC na CCJ; a defesa da proposta foi feita pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)

2013, 10 de dezembro - Apesar da posição contrária dos indígenas e dos constantes protestos, o presidente da Câmara Henrique Alves (PMDB-RN) instalou a Comissão Especial da PEC 215

2013, 17 de novembro - O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da Comissão Especial, apresentou seu substitutivo que, além de transferir a prerrogativa da demarcação das terras indígenas para o Congresso, reabre a avaliação das terras que já têm o processo demarcatório concluído e legaliza a invasão e posse de terras já demarcadas

2014, 22 de dezembro - Apesar de todos os esforços e as manipulações feitas diuturnamente pela maioria dos deputados que compõem a Comissão Especial, a massiva mobilização dos povos indígenas e de seus aliados impediu a votação do substitutivo e a PEC foi arquivada, o que representou uma significativa vitória do movimento indígena

2015, fevereiro - Logo no início das atividades do novo Congresso eleito, a PEC 215 foi desarquivada a pedido do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS)

2015, 27 de outubro - A Comissão Especial da PEC 215, amplamente dominada pelos ruralistas, aprovou um novo substitutivo apresentado neste dia pelo deputado e relator Osmar Serraglio. Este substitutivo nem chegou a ser debatido entre os parlamentares

2015, outubro a dezembro - Intensificação das mobilizações contra a PEC em todo o território nacional e, de maneira especial, em Brasília, com o firme propósito de evitar que o relatório fosse votado no Plenário da Câmara. Nesta Casa, ele tem de ser aprovado por três quintos dos deputados, em dois turnos. Ou seja, deve obter 308 dos 513 votos em duas votações distintas. Se aprovado pela Câmara, o texto segue para a votação em dois turnos no Senado, onde precisa dos votos de 49 dos 81 senadores



Povos indígenas têm se mobilizado, incessantemente, em todo o país contra a PEC 215 porque sabem que ela significa a vitória do antigo projeto de extermínio de suas populações

A PEC aprovada é ainda mais grave que as propostas anteriores

Cleber Buzatto, Secretário Executivo

O substitutivo que o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) apresentou para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00, aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no dia 27 de outubro, é extremamente agressivo aos povos indígenas, aos quilombolas e ao meio ambiente no Brasil e ainda mais prejudicial aos povos originários que a proposta anterior. Defendida pela bancada ruralista, com o apoio da bancada da “bala” e de fundamentalistas religiosos, a matéria atende, fundamentalmente, aos interesses econômicos de latifundiários e das grandes corporações empresariais, nacionais e multinacionais, do agronegócio, que financiaram as milionárias campanhas eleitorais desses parlamentares.

O conteúdo da PEC 215/00 aprovada estabelece instrumentos diversos que vão muito além da transferência, do Executivo para o Legislativo, da prerrogativa de demarcar as terras indígenas e titular as terras quilombolas, que é o principal, e muitas vezes único, aspecto divulgado pela imprensa. Abaixo seguem alguns dos impactos centrais que a PEC causará aos povos indígenas no Brasil:

1) A referência do **Marco Temporal** de 5 de outubro de 1988 como condição fundamental para a demarcação de terras indígenas e titulação de terras quilombolas. De acordo com a PEC, somente teriam direito à terra os povos e as comunidades que estivessem na posse por ocasião da promulgação da Constituição. Como evidente, muitos povos não estavam na posse de suas terras nesse período e muitos continuam até hoje alijados de suas terras, não por vontade própria, mas devido ao esbulho violento que sofreram e sofrem por parte de forças privadas e estatais. Com o Marco Temporal, os ruralistas legalizam e legitimam todas as violências, os assassinatos de lideranças, o uso de aparatos paramilitares para aniquilar e expulsar os povos das suas terras. Além disso, sinaliza-se para o latifúndio contemporâneo que esses mecanismos são convenientes e vantajosos para os seus intentos

de posse e exploração das terras indígenas. Desse modo, o Marco Temporal constitui-se num muro intransponível para a demarcação das terras de centenas de povos que delas foram expulsos.

2) A **indenização prévia, em dinheiro e retroativa** aos proprietários de títulos de terra que incidam sobre terras indígenas. Pela proposta, todos os proprietários cujas terras tenham sido objeto de demarcação a partir de 1993 teriam que ser indenizados em dinheiro. Essa medida cria um buraco orçamentário extremamente profundo, o que por consequência também contribuiria para inviabilizar as demarcações.

3) **Impossibilidade de ampliar terra indígena já demarcada.**

4) **Fim do usufruto exclusivo das terras pelos povos indígenas**, permitindo a exploração indireta por meio de mecanismos como o arrendamento. Em meados do século XX, o arrendamento foi um dos principais instrumentos usados pelo Estado e por particulares para promover o esbulho das terras indígenas, especialmente na região Sul do país. Com a medida, parlamentares ruralistas pretendem nacionalizar esse já testado e eficiente mecanismo de esbulho possessório de terras indígenas.

5) **Anulação de direitos, inclusive o da consulta livre, prévia e informada**, dos povos indígenas que está estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

6) **Permite a possibilidade de permuta das terras indígenas.**

7) **A transferência do poder de demarcação de terras indígenas do Executivo para o Legislativo.** Para cada procedimento de demarcação, teria que ser apresentado um Projeto de Lei para ser apreciado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A medida ataca o princípio democrático da separação dos poderes e introduz, nos procedimentos administrativos fundamentados em critérios técnicos próprios, o elemento da disputa política sujeita à hegemonia de algumas bancadas e de seus poderosos financiadores.

Vitória, só com muita luta e união

Só quem teve o privilégio de acompanhar grande parte dessas mobilizações sente como é gratificante caminhar passo a passo nas lutas diárias aqui em Brasília. Sem temor ou fraqueza, mas com muita criatividade, ousadia e indignação, é bonito ver essa luta crescer e dar os seus frutos. Infelizmente estamos num Estado tremendamente injusto e insensível para com os direitos de suas populações nativas. Continuamos num colonialismo travestido por discursos que escondem as garras do sistema capitalista e do desenvolvimentismo que avança com seus decretos e obras de morte.

Continuaremos lutando pela rejeição da PEC 215/00. Mantemos a esperança de que o Congresso Nacional não irá cometer a irresponsabilidade histórica de aprovar esta PEC do genocídio contra os povos indígenas do Brasil.

Diante do enorme poderio político-econômico, da falta de limites e de bom senso por parte dos representantes do agronegócio no Brasil, consideramos fundamental o envolvimento e o apoio da sociedade brasileira e de outros países a fim de que os direitos humanos dos povos indígenas, dos quilombolas, dos camponeses e os direitos coletivos e difusos de todos a um ambiente equilibrado sejam mantidos e efetivados no Brasil.

“A vida da pessoa que produz coisas para os donos das empresas ou das terras não tem a menor significação. Ela só vale enquanto estiver em condições de produzir e gerar lucro. Se não estiver girando essa roda, a pessoa em si não importa. Essa é uma verdade inquestionável dentro do sistema capitalista. E é por isso que pessoas como os índios, por exemplo, não têm a menor importância para quem defende esse sistema. Para essas pessoas, o índio é um inútil, não produz coisas, não garante lucro, logo, é passível de ser exterminado. Essa foi a síntese da argumentação dos deputados que compõem a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 e que são favoráveis às mudanças na Constituição Federal. A PEC, se aprovada, permitirá que todas as decisões envolvendo demarcação de terras – no presente, no futuro e no passado – sejam tomadas, e revistas, pelos deputados.”

Elaine Tavares, Jornalista, 23 de outubro de 2015

Arquivo Cimi





Com o apoio de dezenas de organizações da sociedade civil, CPI que investigará violência contra os povos indígenas é instalada no Mato Grosso do Sul. Conselhos dos povos Terena e Guarani e Kaiowá propõem um embargo internacional ao agronegócio do estado que produz em suas terras tradicionais

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os assassinatos e os diversos tipos de violências cometidas contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2015 foi aprovada na Assembleia Legislativa (AL) no dia 13 de outubro. Chamada de CPI do Genocídio, ela tornou-se um clamor popular país a fora, não apenas na sociedade sul-mato-grossense, mas sobretudo entre os povos indígenas, com destaque aos Guarani e Kaiowá e Terena. Mobilizações demandando esta CPI do Genocídio aconteceram em Brasília e no Mato Grosso do Sul nas duas primeiras semanas de outubro.

Uma semana antes, o deputado Pedro Kemp (PT) havia apresentado um requerimento à presidência da Assembleia para a abertura desta CPI. Naquele mesmo dia e em ocasiões anteriores indígenas e diversos movimentos populares do campo e da cidade fizeram atos com o objetivo de denunciar esta situação de genocídio e, desse modo, pressionar os parlamentares.

O genocídio ocorre quando violências e crimes são motivados por questões étnicas contra uma coletividade, neste caso a indígena. É o extermínio deliberado, além da eliminação da existência física. *Geno* vem do grego e significa “raça” ou “tribo”; *cidio* vem do latim e significa “matar”. “Um plano coordenado, com ações de vários tipos, que objetiva a destruição dos alicerces fundamentais da vida de grupos nacionais com o objetivo de aniquilá-los”, assim definiu genocídio o advogado polonês Raphael Lemkin, em 1944.

Nos últimos 12 anos, 390 indígenas foram assassinados e outros 585 cometeram suicídio apenas no Mato Grosso do Sul. Os dados constam do *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2014*, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). No estado, 229 inquéritos envolvendo homicídio doloso contra indígenas foram abertos nos últimos anos. Para o deputado Kemp, é preciso saber quem mata e assassina os indígenas e investigar a formação de milícias ruralistas – já comprovada pela Justiça Federal no caso Nísio Gomes Guarani Kaiowá. Porém, para o deputado é preciso entender o genocídio como um processo

mais amplo, envolvendo ainda a omissão do Estado diante da ausência de direitos humanos, sociais e da violência privada, organizada e premeditada contra as comunidades.

“Sem os territórios tradicionais, as comunidades indígenas vivem confinadas, às margens das estradas. Então, isso gera violência, falta de perspectivas, suicídios, miséria, problemas diversos. Permitir isso faz parte do genocídio em curso”, afirmou Kemp em uma das sessões na Assembleia Legislativa que teve a questão indígena como principal assunto. De acordo com o parlamentar, cerca de 120 indígenas estão detidos no estado. “Quantos assassinos de índios estão presos? No Mato Grosso do Sul, para quem mata índio parece existir a garantia da impunidade. Precisamos apurar”.

Kemp destacou o assassinato de Oziel Terena, em 2013, durante uma reintegração de posse na Terra Indígena Buriti. “Existe a bala, sabe-se qual é o calibre, quem estava em confronto com os indígenas, mas não se sabe de quem partiu o tiro. Como não é possível determinar? Essa Casa não pode ser conivente com o genocídio em curso”, frisou o deputado.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) divulgou uma nota pública no início de outubro afirmando ser, sim, um caso de genocídio a violência praticada contra os indígenas no MS. Em setembro de 2011, o Ministério Público Federal (MPF) também se posicionou de forma enfática dizendo que o que estava acontecendo no Mato Grosso do Sul contra os povos indígenas era genocídio. A manifestação foi provocada por um ataque contra os Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue, no município de Iguatemi. Na época, os indígenas viviam às margens de uma rodovia. Crianças e idosos foram atingidos por balas de borracha e o acampamento foi incendiado. A Anistia Internacional é outra organização que considera ser um caso de genocídio a conjuntura vivida pelos povos indígenas no estado.

CPI do Cimi: pra desviar o foco

Um outro objetivo da instalação da CPI do Genocídio é fazer a contraposição à CPI do Cimi, aberta por pressão da bancada ruralista e publicada no Diário Oficial no dia 18 de setembro. Mesmo sem fato determinado e sem demonstrar nenhum indício de ilegalidade por parte do Cimi, a deputada estadual Mara Caseiro (PT do B) afirma que a organização incita as retomadas

A investigação dos assassinatos e das violências cometidas contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul é o objetivo principal da CPI do Genocídio, assim como a punição dos responsáveis



Crux/Ministério Público Federal/MS

realizadas pelos indígenas. Além dela, que assumiu a presidência da Comissão, a CPI é composta pelo vice-presidente, deputado Marquinhos Trad (PMDB), e pelo relator Paulo Corrêa (PR). Também são membros os deputados Onevan de Matos (PSDB) e Pedro Kemp (PT).

“A perseguição à organização [Cimi] no Mato Grosso do Sul é só mais uma nestes anos todos de história e nós, dos movimentos sociais e sindicais, temos a certeza que esta CPI possui uma única intenção, que é a de impedir que os direitos constitucionais indígenas sejam cumpridos. A Comissão vem

para desviar a atenção dos crimes e da violência praticada contra os povos nativos e, dessa forma, impedir a demarcação e o respeito aos territórios indígenas”, declararam, em nota pública, mais de vinte organizações do Mato Grosso do Sul, no dia 6 de outubro.

Além da CPI do Genocídio, as organizações sociais apoiam a realização de um embargo internacional, proposto pelos Conselhos dos Povos Terena e Guarani e Kaiowá, ao agronegócio no estado, até que as terras indígenas sejam demarcadas. No Mato Grosso do Sul, conforme dados de organizações do setor pecuário, existem 23 milhões de cabeças de gado, sendo que cada animal ocupa, em média, um hectare de terra. A comunidade de Nanderú Marangatú, composta por 1.500 Guarani e Kaiowá, ocupava, antes das retomadas do mês de agosto deste ano, apenas 100 hectares (*leia mais na página 10*).

Postura colonialista

Para alguns parlamentares, caso do deputado ruralista Zé Teixeira (DEM), não é verdade que existe uma violência desse tipo, genocida, em curso contra os indígenas do estado, e ele não acredita que “produtores rurais” tenham parte em algo assim. Em uma das sessões na Assembleia, ele pontuou que os indígenas são produtivos e capazes, faltando apenas mais incentivos do governo. “Quem colheu meus milho esse ano foram os índios. Vai lá [na fazenda do deputado], trabalha e recebe certinho. Jamais que um índio bateu palmas na minha casa em Dourados e eu deixei de levantar da mesa para atender. Passavam e perguntavam: tem pão? Nunca neguei. (...) Os Kadiwéu têm muita terra e vivem na miséria porque falta incentivo a eles”, disse Teixeira, reforçando um discurso recorrente entre os ruralistas de que a questão indígena não é de terra, mas de assistência social. O deputado é um dos integrantes da CPI do Cimi. ♦

A Lava Jato e a CPI que criminaliza o Cimi

Empresas envolvidas na Operação Lava Jato estão entre as doadoras das campanhas eleitorais de parlamentares da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul que integram a CPI contra o Cimi

Assessoria de Comunicação - Fórum Unitário dos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo e da Cidade

As construtoras UTC, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, cujos principais executivos estão detidos ou indiciados, investiram em campanhas políticas de parlamentares do agronegócio sul-mato-grossense nas eleições de 2014. Mineradoras, bancos privados, seguradoras, corporações e empresas do agronegócio também estão entre os doadores. A Lava Jato, investigação que apura o escandaloso desvio de recursos da Petrobras para o pagamento de propina a políticos e lavagem de dinheiro, teve início em março de 2014, ou seja, sete meses antes das eleições. Um dos principais beneficiados por essas doações é o deputado Paulo Corrêa (PR), que recebeu das três empresas um montante que supera os R\$ 300 mil. Os dados são públicos e constam na página virtual do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Corrêa é o relator da chamada CPI do Cimi, Comissão Parlamentar de Inquérito que pretende investigar as relações da organização indigenista com as retomadas feitas pelos povos indígenas de suas terras tradicionais no estado. A parlamentar ruralista Mara Caseiro (PT do B) preside a CPI, que tem como vice-presidente Marquinhos Trad (PMDB), também ligado ao ruralismo sul-mato-grossense.

Juntos, os parlamentares receberam R\$ 2.454.542,06 em doações. Desse total, o relator da CPI do Cimi, deputado Paulo Corrêa, declarou ao TSE o montante de R\$ 769.515,50; as construtoras UTC, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa financiaram, aproximadamente, 40% da campanha declarada pelo parlamentar ao TSE. O restante partiu de empresas ligadas à cadeia do agronegócio e de outros doadores.

A presidente da CPI do Cimi, deputada Mara Caseiro, declarou ter recebido em doações para a campanha de 2014 o valor de R\$ 607.238,65. Mara não recebeu recursos diretos de nenhuma empresa ou construtora, apenas por terceiros. Por exemplo, indivíduos com o sobrenome do vice-presidente da CPI, deputado Marquinhos Trad, repassaram para Mara dois cheques com dinheiro da JBS, o grupo dono da Friboi, totalizando R\$ 26 mil. Na conta de campanha de Mara chegou, por intermédio de Nelson Trad Filho, ex-prefeito de Campo Grande (MS), um cheque do empresário João Roberto Baird, que é acusado de participar de um esquema de desvio de R\$ 48,7 milhões do Departamento de Trânsito (Detran) do Mato Grosso do Sul. Baird, até setembro de 2014, era o nono maior doador individual das eleições, tendo repassado R\$ 1,08 milhão para diferentes siglas partidárias.

A deputada federal Tereza Cristina Corrêa (PSB/MS) também repassou doações de empresas para a campanha de Mara Caseiro, perto de R\$ 125 mil da Iaco Agrícola S/A e da Energética Santa Helena S/A, uma usina de produção de etanol. Tereza Cristina estava na reunião do Sindicato Rural de Antônio João, no dia 29 de agosto, quando Roseli Maria Ruiz, presidente do sindicato, acabou com o encontro convocando os fazendeiros



Parlamentares ruralistas do Mato Grosso do Sul financiados por empresas envolvidas na Operação Lava Jato tentam criminalizar o Cimi por seu apoio aos povos indígenas



para o ataque que culminou no assassinato de Semião Vilhalva Guarani e Kaiowá, na Terra Indígena Nanderú Marangatú.

Já a senadora Simone Tebet (PMDB/MS), uma das principais defensoras da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71, que pretende transformar em parágrafo constitucional o pagamento da chamada "terra nua" aos fazendeiros com propriedades em terras indígenas, enviou para Mara um outro cheque da JBS de R\$ 25 mil.

Marquinhos Trad, do triunvirato que dirigirá os trabalhos da CPI do Cimi, foi quem mais arrecadou: R\$ 1.077.787,91. O perfil de doadores segue o mesmo: construtoras, empresas agrícolas, JBS, Usina Santa Helena, o empresário Braid, mineradoras e a Engepar, empresa de engenharia investigada pelo Ministério Público Estadual (MPE), com inquérito correndo na Promotoria do Patrimônio Público e Social, por estar envolvida no pagamento de propinas da Operação Tapa-Buracos da prefeitura de Campo Grande na gestão de Nelson Trad Filho, irmão de Marquinhos Trad.

Não consta que as doações apuradas junto ao TSE destes parlamentares sejam irregulares ou ilegais. O setor privado, no Brasil, podia financiar campanhas em 2014. No último dia 17 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com as doações privadas. No entanto, o demonstrativo serve para a sociedade averiguar quais interesses econômicos e financeiros estão por trás dos deputados e deputadas que investigarão o Cimi e que insistem em se opor aos direitos territoriais indígenas. Tanto os parlamentares quanto seus doadores possuem interesses diretos ou indiretos nas terras reivindicadas pelos povos indígenas no Mato Grosso do Sul. ♦

ABA denuncia omissão do Estado

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) afirmou, em nota pública divulgada no dia 4 de outubro, que a omissão do Estado brasileiro diante da violência contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul "poderá ficar nos registros da história indígena e do indigenismo brasileiro, naquela região, como de clara convicção com algo que aparenta ser uma ação de extermínio planejado de um povo indígena, em pleno século XXI".

A Associação enumera diversos casos de violência contra lideranças indígenas, envolvendo espancamentos e assassinatos e lembra que, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o Relatório Figueiredo trouxe à sociedade crimes de mesma espécie cometidos no decorrer do século XX, sobretudo durante a ditadura militar (1964-1985).

Para a ABA, a paralisação das demarcações das terras indígenas é um dos vetores deste genocídio em curso: "Pode-se afirmar que as inadimplências administrativas que emperram a publicação dos relatórios de identificação e delimitação das terras indígenas, a insegurança devida à ineficiência dos órgãos policiais, a atuação corrente e, muitas vezes, impune de empresas de segurança e de capangas, unidas à judicialização dos processos de demarcação de terras, têm contribuído para inflamar em Mato Grosso do Sul um clima de tensão, no qual se consuma de forma paulatina um genocídio claramente anunciado".

Missão Ecumênica apoia os povos indígenas do MS

Uma missão ecumênica, composta por quinze instituições religiosas do Brasil, América Latina e uma da Holanda, visitou o Mato Grosso do Sul nos dias 7 e 8 em solidariedade aos povos Guarani e Kaiowá e demandou a investigação dos crimes e da violência cometidos contra os povos indígenas do estado. As instituições também manifestaram solidariedade ao Cimi e às lideranças indígenas investigadas pela CPI criada pela Assembleia Legislativa do Estado.

Com o assassinato do líder indígena Simeão Vilhalva, no *tekoha* Nanderú Marangatú, no município de Antônio João, no final de agosto, e os 12 ataques cometidos contra quatro comunidades indígenas em menos de trinta dias, as instituições querem que as autoridades estaduais e federais adotem providências imediatas.

Fazem parte da missão ecumênica as seguintes instituições: Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), Comissão Nacional de Incidência Pública da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (Ieab), Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), Aliança Brasileira de Batistas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Igreja Presbiteriana Unida, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Koinonia, Ogam no Candomblé, Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Rede Jubileu Sul, Cáritas Brasileira, Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin), Rede Ecumênica de Juventudes (Reju), Centro de Estudos Bíblicos (Cebi) e Kerkinactie/Holanda.

Boicote o agronegócio do MS produzido em terra indígena

Mais de cem organizações sociais, de direitos humanos, indigenistas, ambientais, de trabalhadores, religiosas, coletivos e movimentos populares assinam a nota que apoia a decisão dos Conselhos dos Povos Terena e Guarani-Kaiowá (Aty Guassu) de convocar uma campanha de boicote mundial dos produtos do agronegócio sul-mato-grossense produzidos em territórios marcados pelo genocídio dos povos indígenas. *Leia abaixo a nota na íntegra.*

Porque pedimos o embargo/boicote aos produtos do agronegócio do MS

– O estado do Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil, cerca de 77 mil pessoas, e é palco das maiores e mais graves violações de Direitos Humanos contra povos indígenas, do Brasil e do mundo: casos de tortura, estupros, espancamentos, ataques armados e assassinatos, praticados por milícias de jagunços e organizações paramilitares, contratadas por fazendeiros, além dos altos índices de desnutrição e suicídios. Está em curso um verdadeiro genocídio¹, especialmente do povo Guarani-Kaiowá.

– Nos últimos 12 anos foram registrados mais de 400 homicídios. O estado concentra mais de 60% dos casos de assassinatos de indígenas do país e mais de 700 suicídios. Em 2010, por exemplo, a taxa de homicídios na aldeia Guarani-Kaiowá do município de Dourados, é maior do que a registrada no Iraque. Conforme já anunciou o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, temos aqui uma verdadeira Faixa de Gaza. Se no Iraque a proporção é de 93 assassinatos para cada 100 mil pessoas, na aldeia de Dourados é de 145 assassinatos, 495% maior do que a média nacional. Atualmente, as estatísticas são: um homicídio a cada 12 dias e um suicídio a cada 7 dias.

– Apenas em 2014 o Relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), registrou 138 casos de assassinatos e 135 casos de suicídios no país, sendo que, destes, 41 assassinatos e 48 suicídios aconteceram no Mato Grosso do Sul. Os dados também revelam um severo aumento das mortes por desassistência à saúde, da mortalidade na infância, das invasões possessórias, da exploração ilegal de recursos naturais e da omissão e morosidade na regularização das terras indígenas.

– Nos últimos 60 dias, foram registrados mais de quinze ataques contra cinco comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, promovidos por fazendeiros, suas milícias armadas e, de acordo com denúncias dos indígenas, sob proteção de aparato policial do Estado. Além da morte do líder indígena Semião Vilhalva, no *tekoha* Nãnderú Marangatú, no município de Antônio João, esses ataques deixaram três indígenas baleados por arma de fogo, dois jovens desaparecidos, que podem estar mortos, vários feridos por balas de borracha e dezenas de

torturados e espancados, inclusive, crianças, mulheres e idosos. Chegamos ao ponto de, conforme denunciaram os indígenas, um boi no pasto ter mais valor do que a vida de uma criança indígena.

– A violência contra os povos indígenas e o genocídio em curso estão vinculados a três fatores que se relacionam:

1. A violação dos direitos individuais e coletivos está intrinsecamente ligada ao processo histórico de colonização e ocupação do Mato Grosso do Sul e ao modelo econômico que foi escolhido pelo Estado brasileiro, o qual foi implantado na base da violência, do confinamento dos povos originários e do desrespeito aos seus direitos fundamentais. Sem cumprir as determinações constitucionais e os tratados internacionais dos quais é signatário, mantendo-se omissos na demarcação e homologação das terras indígenas, não assegurando direitos humanos e territoriais dos povos originários, o governo brasileiro tornou-se o principal responsável por esta realidade de violência. No Mato Grosso do Sul são mais de 50 áreas em situação de conflito, aguardando demarcação e homologação das terras, conforme determina a Constituição Federal. Enquanto o rebanho bovino do estado ocupa 23 milhões de hectares de terra, o povo Guarani-Kaiowá, constituído por 45 mil pessoas, ocupa apenas 30 mil hectares de suas terras tradicionais. Se todas as áreas reivindicadas, por eles, como territórios indígenas, forem demarcadas, elas representarão cerca de apenas 2% da área total do estado.

2. A atuação institucional e organizada dos ruralistas, por meio das suas instituições de classe, tem estimulado o enfrentamento aos povos indígenas. A gravidade da situação chegou ao ponto de, acintosamente, em 2013, a Acrissul [(Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul)] e a Famasul [Federação da Agricultura e Pecuária de MS] anunciarem e realizarem o “Leilão da Resistência” para arrecadar recursos para este tipo de enfrentamento, o qual contou com a participação de fazendeiros e políticos. Ação que mereceu repúdio internacional e cujos recursos financeiros arrecadados foram embargados judicialmente, graças à luta dos movimentos sociais organizados.

3. A impunidade é outro elemento central na perpetuação da violência e do genocídio. Executores de homicídios, de ataques, de casos de tortura, estupro e espancamentos, bem como os seus mandantes, raramente são identificados e, sequer, vão para os bancos dos réus, prevalecendo a impunidade. Mas se, por um lado, a impunidade reina para os que massacram os povos indígenas, por outro, há uma tentativa de criminalizar as entidades indigenistas e as lideranças indígenas, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Cimi.

A partir desse grave cenário de genocídio, da violência em série praticada pelos ruralistas, de omissão e descaso dos poderes públicos e de impunidade; com base nas determinações da Carta Magna, a Constituição Federal, em especial ao direito à vida, que é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e ao exercício de todos os demais direitos; com base na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), das Nações Unidas, e nos demais tratados, dos quais o Brasil é signatário; nós, entidades e organizações indígenas, sociais, religiosas, sindicais e culturais, inspirados nos movimentos de não violência indiano, liderado por Gandhi, de anti-*apartheid*, liderado por Nelson Mandela, e dos trabalhadores rurais nas plantações de uva nos Estados Unidos, liderado por César Chavez, apoiamos a decisão do Conselho do Povo Terena e do Conselho Aty Guassu do Povo Guarani-Kaiowá de convocar uma campanha legítima de boicote mundial à compra e ao consumo dos produtos do agronegócio sul-mato-grossense que são produzidos em territórios marcados pelo genocídio dos povos indígenas.

Trata-se de uma campanha para que os organismos internacionais embarguem os produtos do agronegócio até que o governo brasileiro resolva definitivamente esta questão, demarcando e homologando as terras indígenas, indenizando os proprietários das áreas cujos títulos foram adquiridos de boa-fé, cessando todos os ataques e atos de violência contra os povos indígenas. É uma campanha pela paz! ♦

25 de outubro de 2015

Dentre as organizações que assinam a nota estão: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT-MS), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Central Brasileira de Associações e Jornalistas Sem Fronteiras, Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A soja de Mato Grosso do Sul tem sangue de crianças indígenas.



Não compre! Não coma!
#nãoaogenocídio #demarcaçãodasterrasindigenas

¹ Lei do Genocídio - Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956. Art. 1º Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

WAJAKUXI MYKY

Sobrevivente e integrante do pequeno grupo de 23 pessoas contatadas em 1971, Capitãozinho ou Kapito sempre foi reconhecido pelo seu povo como uma liderança alegre e amada. A sua partida para a “Aldeia de Cima” já deixa muita saudade, assim como uma forte convicção sobre a necessidade de preservação da língua e da valorização da cultura Myky

Elizabeth Amarante, Missionária do Cimi Regional Mato Grosso

No final da manhã do dia 10 de outubro “partiu do povo Myky”, o querido velhinho Wajakuxi, o Capitãozinho. O silêncio, a tristeza e o choro se espalharam pela aldeia: “Mais um de nossos velhos, sábios que se vai”. Mas, assim como há dor, há a certeza de que ele está na Aldeia de Cima, na Casa de Nahi, na plenitude de Deus.

Comovidos, os jovens Myky prestaram suas homenagens em relatos que espelham a imagem *sui generis* desse velhinho. Leia abaixo trechos dos depoimentos de Umenã, Minã, Kojayru, Kapátai, Xinuxi, Warakuxi, Kamtinuwy, Jamaxi, Uhkjamu, Typju.

“O finado Wajakuxi contava muita história do passado, de antigamente. Ele dizia: ‘Se eu morrer, você conta para seu filho’ e ‘Vocês precisam continuar a falar nossa língua. Não podem esquecer nossa cultura!’. Ele cantava o canto dos animais quando eram gente. Tinha roça grande, plantava mandioca, batata, milho... Ele contava para nós a história sobre as estrelas. Ele nunca esquecia os dias da semana e a gente brincava com ele, falando o dia errado. Ele dava risada e dizia o dia certo. ... Wajakuxi era importante para nós porque ele lutava pela demarcação do nosso território e nos ensinava a lutar. Ele sempre vai estar junto conosco, lutando... Wajakuxi era uma pessoa feliz, ele sabia fazer artesanato e nos ensinava também. Ele contava como tinha sido o contato antigamente. Mas, agora, só resta a saudade...”

“Ele era muito alegre e divertido, achava graça em tudo. Quase não falava português, mas contava sempre história, muita história na língua e brincava com a criançada... ‘Escutem as histórias enquanto eu estou vivo’, é o que ele dizia pra nós. Ele falava a verdade. E agora o Kapito está na terra e deixou para nós a felicidade dele.”

“Capitãozinho era muito alegre, tinha muita felicidade, sempre sorrindo. Um dia passei na frente da casa dele e escutei ele falando. Ele me disse: ‘Estou falando com Nahi, nosso Deus’. E, de repente, bateu forte emoção nele. Ele abaixou a cabeça e disse: ‘Vocês, jovens, têm que aprender a nossa história. Hoje acordei com dor no corpo’. Eu vi no olhar dele e percebi que estava acontecendo algo errado, e ele disse: ‘Acho que esse ano é o fim de minha vida, não estou mais aguentando, estou ficando velho’. E eu vi que estava derramando

“A 13 de junho de 1971 aconteceu o 1º contato com o povo Myky, sobrevivente do massacre do Tapuru pelo ano de 1910. Wajakuxi Myky fazia parte daquele grupinho de 23 pessoas entre homens, mulheres e crianças. Esse primeiro contato revelou a realidade de um povo em extermínio. Wajakuxi encarnava em todo o seu ser a identidade Myky. Mostrava-se sempre risonho e brincalhão, irradiava paz e alegria, juntamente com sua esposa Jaapátai.

Durante muitos anos foi o cacique da aldeia e, por isso, o chamaram de Capitãozinho e, mais tarde, simplesmente de Kapito”

Testemunho de Thomaz de Aquino Lisboa, o Jaúka, missionário do Cimi. Ele coordenou a equipe da Missão Anchieta que estabeleceu contato com o povo Myky

Wajakuxi compreendia o sentido e o valor da terra e foi uma liderança fundamental no processo de demarcação do território tradicional Myky

lágrima dele. Agora fico pensando: quando nossos velhos acabarem, o que será do nosso futuro?”

Natalia Filardo contou que “Wajakuxi sempre me contava muita história dele e de Jaapátai, mulher dele, quando moravam na casa onde hoje moro com meu esposo e minha filha. Ele ia me visitar e cantava música dos bichos e música de pajé. Vai ser muita a saudade dele”.



Alan César Bordele



Elizabeth Amarante

Em 2007, durante os estudos do território, Wajakuxi desenhou as coordenadas de uma aldeia antiga onde não se encontravam mais os vestígios de uma nascente, totalmente seca

Já Nilza Ribeiro rememora: “Eu não entendia sua língua, mas isso não era um empecilho para haver comunicação entre nós. Havia uma forma muito especial de Kapito se comunicar, que era através da sua alegria de viver. Sua alegria dizia tudo! Ela traduzia a pessoa linda que existia atrás daquela figura aparentemente frágil. Ela traduzia a agilidade dos seus passos. Sempre dinâmico e ágil, preocupado com os acontecimentos da aldeia embora, muitas vezes, não entendesse muito bem o que estava acontecendo. A Aldeia hoje, vazia da sua presença, está repleta de lembranças!”

É hora de reler a história! Wajakuxi, o nosso Kapito magrinho, frágil, dinâmico, partiu para a Casa de Nahi, para a Aldeia de Cima, para o “Deus Paizinho”, como ele me falou um dia. Lá onde acontece para sempre a convivência e a partilha, a paz e a alegria características dos Myky. Capitãozinho sempre se demonstrou curioso, indagador, perspicaz.

Foi pessoa importante na compreensão do sentido e do valor do território tradicional. Suas roças eram grandes. Seu empenho em roçar e plantar era tão arraigado que ainda esse ano nós o vimos de enxada em punho, tentando limpar parte do terreiro.

Quando cheguei na aldeia em 1979, Capitãozinho e Jaapátai me receberam, me integraram em sua família. Foram meu pai e minha mãe! A eles devo muito do que aprendi e do que vivenciei durante todos esses anos.

Sim, é hora de reler as “bem-aventuranças do povo Myky” no hoje da História, a partir da sabedoria de Wajakuxi, legado de sua vida!

Que a esperança amadureça no tempo e que o tempo amadureça a esperança no rastro de seus ensinamentos, de sua memória.

Kapito dizia: “Todo mundo morre, só pedra não morre!”. Só a pedra de sua verdade, de sua presença entranhada na história Myky não morrerá nunca. ♦

Assine o

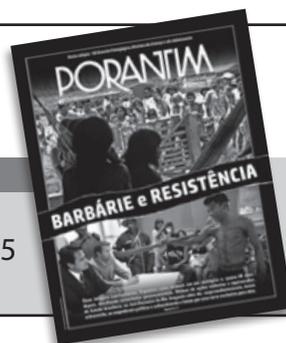
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

“Não somos manipulados pelos não indígenas”

Líderes Guarani e Kaiowá da Grande Assembleia Aty Guasu se indignam com o fato dos fazendeiros divulgarem que missionários do Cimi, funcionários da Funai, antropólogos e partidos políticos incitariam os “índios para invadir fazendas”. Em nota pública, eles afirmam: “Essas lutas e a decisão indígena de recuperar e reocupar parte das terras tradicionais sempre é exclusivamente dos povos Guarani e Kaiowá. Essa é a verdade”.

Líderes da Aty Guasu

Através desta nota pública, reafirmamos que nós indígenas Guarani e Kaiowá, reocupantes das terras tradicionais *tekoha*, não somos conjuntos de bonecos, fantoches e não somos robôs para ser manipulados e guiados pelos não indígenas. Somos seres humanos, portadores de todas as capacidades humanas, pensamos, planejamos, agimos, reagimos, morremos e resistimos como seres humanos.

Nós somos sujeitos responsáveis e conscientes pelos nossos atos e assumimos a consequência de nossas ações. Sabemos muito bem onde se encontram nossas terras tradicionais de nossos ancestrais. No contexto atual, como qualquer ser humano, aprendemos a ler, escrever e dominamos *internet*, falamos mais de duas línguas, utilizamos todos os tipos de tecnologias modernas, avião, carro, celular, etc.

Já é sabido que ao longo da formação do atual país Brasil os “índios” foram considerados como não seres humanos, sem alma e sem-terra, taxado de “índio”, “selvagem”, “bicho”, “nômades”, “bugre”, “silvícola”, “bárbaro”, “canibal”, etc, etc. No século XVIII, esse discurso ideológico oficial e histórico dominante justificou ainda o massacre, o genocídio, a violência permanente contra os povos indígenas. Nós, líderes dos povos indígenas, constatamos que em pleno século XXI, a maioria dos fazendeiros e políticos anti-indígenas reproduzem ainda esses discursos equivocados e criminosos, taxando os indígenas de não seres humanos, incapazes de pensar e lutar pela recuperação das terras, ignorando todas as capacidades humanas das pessoas humanas dos indígenas.

No último ano de 2015, esses discursos truculentos antigos em pauta são divulgados com frequência pelos fazendeiros

e políticos anti-indígenas tanto na Câmara estadual e federal quanto na grande mídia, incitando o ódio, massacre, genocídio e violência contra os povos indígenas. Nos jornais, os “índios” são taxados pelos fazendeiros de “invasores das fazendas”, “baderneiros”, “criminosos”, “bandidos temidos”, “guerrilheiros”, etc, ignorando a manifestação e os protestos legais dos povos indígenas.

No contexto em que os fazendeiros acusaram e acusam ainda os missionários do Cimi e alguns políticos de incitar os indígenas para “invadir” “propriedades particulares”. Divulgaram e argumentaram sempre na justiça que os missionários do Cimi, os funcionários da Funai, antropólogos e partidos políticos (PT) incitariam os “índios para invadir fazendas”, ignorando as capacidades humanas dos povos indígenas. Em decorrência disso, os políticos anti-indígenas criam a CPI do Cimi.

As lutas e os movimentos sociais indígenas apareceram sempre na história como se fossem um conjunto de robôs manipulados pelos não-índios, mas nós, indígenas, na luta legítima pela recuperação de nossas terras não somos robôs. Nossa luta social pela terra é baseada nos direitos indígenas. Essas lutas e a decisão indígena de recuperar e reocupar parte das terras tradicionais sempre é exclusivamente dos povos Guarani e Kaiowá. Essa é a verdade.

De fato, desde meados de 1960 até hoje, a maioria dos povos indígenas lutou e resistiu em permanecer nas suas terras, assim não assistimos parados e calados à invasão e ocupação de nossas terras pelos fazendeiros.

Sobretudo nos últimos 50 anos, as nossas lutas pela reocupação das terras tradicionais e a resistência dos povos indígenas foram registradas tanto pelo governo da ditadura militar como pelo governo da República, democrático de direito. Nossa luta pela recuperação das terras tradicionais é

exclusivamente dos povos indígenas, não fomos manipulados como bonecos, não somos robôs mecânicos. Somos guerreiros resistentes do grande povo Guarani e Kaiowá, para sempre.

É interessante se compreender que nós indígenas não somos preguiçosos e trabalhamos muito, sim. Entre as décadas de 1940 e 1980, durante a implantação das fazendas, nós, indígenas, trabalhamos na derrubada de toda a floresta do sul do estado de Mato Grosso do Sul. Logo em seguida, os fazendeiros recém-assentados, aliados à ditadura militar, começaram a expulsar-nos e dispersar-nos de forma violenta de nossas terras. Todos nós indígenas sabemos muito bem dessa história. Os fazendeiros

sabem muito bem também dessa história que ocorreu há 50 anos atrás. Queremos deixar claro que a nossa luta pela recuperação de nossas terras começou antes de existir o Cimi, ainda na ditadura militar.

Já nos anos de 1980, 1990 e 2000, quando os pistoleiros não conseguiam efetuar o despejo, os fazendeiros contrataram advogados para conseguirem as ordens de despejo das justiças Estadual e Federal, a serem realizados pelas forças policiais. A forma

de agir dos agentes policiais não difere muito da dos pistoleiros: ambos utilizaram armas pesadas, queimaram as casas das comunidades indígenas, ameaçaram e assustaram crianças, mulheres e idosos. Muitos indígenas que foram vítimas de despejo e massacres, ao narrar suas histórias, nem conseguiam saber se foram pistoleiros ou policiais os que agiram.

Nos últimos cinco anos, desde 2011, houve vários ataques violentos às comunidades, despejos e assassinatos dos líderes indígenas, realizados por pistoleiros na região do Cone Sul de MS. Além disso, neste mês de setembro de 2015, estão em curso cinco ordens judiciais de reintegração de posse aos fazendeiros que podem resultar em despejos e violência contra as famílias Guarani e Kaiowá autorizadas pela Justiça. Nós, líderes Guarani e Kaiowá, nessa situação, já nem sabemos mais a quem recorrer para garantir os nossos direitos constitucionais. Só resistimos com as nossas famílias e colocamos as nossas vidas na frente da mira das armas de fogo dos fazendeiros. Em alto e bom som, os fazendeiros anunciam que os indígenas resistentes podem ser assassinados, massacrados e trucidados, sob o regime de ordem judicial e de ameaça de morte dos pistoleiros contratados.

É evidente que esse massacre e genocídio e violência em curso contra os indígenas resistentes são fomentados pelos próprios sistemas de poderes judiciários, políticos e econômicos dominantes no Brasil. Os direitos indígenas nacionais e internacionais estão sendo claramente ignorados em Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Por fim, neste final de mês de setembro de 2015, diante do cerco dos pistoleiros e dos policiais, nós, indígenas, juntamente com as nossas famílias decidimos resistir, lutar e morrer pela recuperação de nossas terras tradicionais. Isso é exclusivamente decisão dos povos indígenas, não fomos manipulados como bonecos, não somos robôs mecânicos, mas sim somos guerreiros resistentes do grande povo Guarani e Kaiowá. Já assassinaram as nossas lideranças, já atacaram e massacraram as nossas vidas, já nos expulsaram, mas não vamos desistir de nossas terras. Essa é a decisão definitiva dos povos indígenas Guarani e Kaiowá.

28 de setembro de 2015

Tekoha Guasu Guarani e Kaiowá
Líderes da Aty Guasu, Assembleia do grande povo
Guarani e Kaiowá



O preconceito contra os indígenas, considerados “incapazes” e “selvagens”, fundamenta-se, especialmente, no interesse pelas suas terras e pelos bens naturais nela existentes



Nada a temer, é hora de renovar a esperança

Em Assembleia Nacional e diante do atual genocídio, Cimi reafirma sua luta ao lado dos povos indígenas e lamenta que estejamos perdendo a oportunidade de aprender com eles o Bem Viver com o planeta Terra

Entre os dias 15 e 18 de setembro foi realizada a XXI Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO). A partir do tema “Estados Plurinacionais e Autodeterminação dos Povos Indígenas”, 160 missionários, missionárias, assessores e lideranças indígenas de todo o país discutiram estratégias em defesa da vida dos povos e dos direitos da Mãe Terra.

“Os constantes episódios de violência demonstram que temos uma realidade de genocídio. Então, os povos se levantam, resistem e enfrentam mortes, criminalizações. O Cimi, por sua vez, enfrentou a ditadura militar, uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), em 1987, motivada pela ação da organização em defesa dos direitos indígenas na Constituinte, missionários foram assassinados. Não aceitamos intimidações e seguimos ao lado dos povos indígenas”, afirmou Cleber Buzatto, secretário executivo do Cimi.

Para Inaldo Gamela, do Maranhão, a luta pelas terras indígenas passa a ser central num cenário onde o Estado atua lado a lado com os interesses privados, preterindo direitos coletivos. A partir da realidade de quem vive no estado mais violento do Brasil com os povos indígenas, a liderança Lindomar Terena afirmou que parece que não existem direitos humanos no Mato Grosso do Sul. “Nós não entendemos como a própria Justiça não tem coragem de fazer Justiça. Para nós, está posto que se esperarmos o governo defender nossos direitos, vamos morrer. E se cruzarmos os braços, corremos o risco também de morrer. Mas é melhor assim, morrer lutando... para que as gerações vindouras não passem por esta situação. Vamos romper as cercas que separam os povos indígenas do nosso Bem Viver”, assegurou.

A subprocuradora da República, Deborah Duprat, fez uma fala contundente: “Precisamos partir da percepção de que o enfrentamento agora não é só contra madeireiros, mineradoras, ruralistas. Há um enfrentamento a ser travado contra o próprio governo, contra o Estado brasileiro, que foi capturado pelas forças hegemônicas”.

Colonizar o ser, o saber e o viver

O documento final da Assembleia corrobora a avaliação da subprocuradora, afirmando que as instituições do Estado buscam derrotar projetos coletivos de futuro e que a propriedade privada converteu-se em direito absoluto, acima de qualquer outro: “Violências de todas as ordens se sucedem numa escala sem precedentes na história contemporânea do país. Desde a primeira Assembleia do Cimi, em 1975, defendemos a Mãe Terra como condição necessária para a autodeterminação dos povos



Dom Erwin, que esteve à frente da presidência do Cimi por 17 anos, “passou o cocar” para Dom Roque, atual arcebispo de Porto Velho

indígenas. Defendemos, igualmente, um Estado Plurinacional como alternativa ao modelo atual, subserviente aos interesses privados, ao capital internacional... Tudo isso espelha a lógica da colonialidade na qual é preciso colonizar o ser, o saber e o viver, convertendo estes povos em despossuídos. As cosmologias indígenas nos ensinam que os ataques aos indígenas recaem sobre toda a sociedade”.

Despedida e chegada

No dia 17 de setembro, após 17 anos à frente da presidência do Cimi, em diferentes mandatos, Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu, passou este cargo para o então bispo de Roraima Dom Roque Paloschi. Agradecidos, os presentes fizeram uma emocionante homenagem para Dom Erwin. No dia seguinte (18) foi aprovada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Cimi, proposta pelos deputados ruralistas da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. “Estamos aí para o que der e vier”, assegurou Dom Roque, já afirmando seu compromisso com os povos indígenas no país. No dia 14 de outubro ele foi nomeado pelo Vaticano como novo arcebispo de Porto Velho. ♦

Krahô e Apinajé: “Estamos fora dos Jogos Mundiais”

“Nós, caciques Krahô, reunidos na Aldeia Serra Grande, viemos através deste documento reforçar nossa posição de que não iremos participar dos Jogos Mundiais Indígenas 2015... principalmente, pelo fato dos organizadores do evento estarem usando o nome e a imagem do nosso povo para promover a sua própria imagem como gestores que apoiam nossos povos e a causa indígena, o que não é verdade... Como podemos participar de um evento financiado por um governo que está promovendo o genocídio de nossos parentes Guarani-Kaiowá? Como podemos participar de um evento promovido pela senhora Kátia Abreu, uma das principais responsáveis pelo avanço do movimento anti-indígena em nosso país?”.

União dos Caciques Krahô,
 10 de setembro de 2015

“Dessa forma não podemos aceitar e participar de um evento de caráter midiático e sensacionalista que tem por finalidade usar a imagem dos povos indígenas para distorcer os fatos e mentir no exterior; ocultando a verdadeira realidade e o sofrimento dos povos indígenas do Brasil... Lembramos que centenas de terras demarcadas e regularizadas também estão sendo invadidas e ameaçadas por madeireiros, mineradoras, fazendeiros, arrendatários, extrativistas e pescadores.

É lamentável que mesmo diante dessa situação vergonhosa de violações de direitos indígenas, até agora não vimos nenhuma atitude do Governo e seu Ministério da Justiça no sentido de cumprir a Constituição Federal vigente e ao menos dar condições para a Funai monitorar, fiscalizar e proteger as terras indígenas já demarcadas”.

Aldeia Irepxi, Associação União das Aldeias Apinajé-Pempxà,
 21 de setembro de 2015

Pauta Indígena

- 1/9**
 - ♦ Indígenas Guarani e Kaiowá peticionam no STF pedido para que ministros destravem homologação de Nanderú Marangatú
- 2/9**
 - ♦ Ruralistas forçam votação de parecer favorável à PEC 215 dias depois de assassinato de indígena
- 3/9**
 - ♦ Escritório de direitos humanos da ONU condena morte de líder Guarani e Kaiowá no Brasil
 - ♦ Guarani-Kaiowá são novamente atacados a tiros por fazendeiros no Mato Grosso do Sul
 - ♦ MJ tem 30 dias para decidir demarcação da TI Taunay-Ipegue
- 4/9**
 - ♦ MPF/MS determina instauração de inquérito para investigar milícia privada de produtores contra índios
 - ♦ Ruralista convoca fazendeiros para novo ataque e comunidade Guarani e Kaiowá solicita proteção às autoridades federais
- 5/9**
 - ♦ Ruralistas ignoram abertura de inquérito e determinações da Justiça e voltam a atacar famílias Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul
- 9/9**
 - ♦ Indenização a proprietários rurais por terra indígena é aprovada no Senado
 - ♦ Comissão de Direitos Humanos, da Câmara, retorna ao MS após conflitos se intensificarem
- 10/9**
 - ♦ Ação requer destinação de TI Panambi-Lagoa Rica para índios e indenização para fazendeiros
 - ♦ Comissão Interamericana de Direitos Humanos é acionada para apurar assassinato de Semião Vilhalva
- 11/9**
 - ♦ Povo indígena Ka'apor integra tecnologia no monitoramento e proteção do seu território tradicional
- 16/9**
 - ♦ Indígenas Guarani e Kaiowá retomam nova área de Pyelito Kue/Mbarakay, no MS
 - ♦ Em diálogo com a União Europeia sobre genocídio indígena, organizações denunciam governo
 - ♦ Juiz revalida liminar de reintegração de posse de 2005 contra Guarani e Kaiowá
- 17/9**
 - ♦ Povo Krahô e os Jogos Mundiais Indígenas: “Estamos fora”
- 18/9**
 - ♦ Pistoleiros atacam retomada de Pyelito Kue: dez indígenas foram feridos, entre eles uma gestante e um rezador
- 19/9**
 - ♦ Três Guarani Nandeva são feridos em ataque de pistoleiros à Potrero Guasu (MS)
- 21/9**
 - ♦ Em abertura do IV Encontro Continental, Nação Guarani denuncia governo brasileiro ao parlamento do Mercosul
- 22/9**
 - ♦ Liderança Guarani-Kaiowá vai à ONU novamente para denunciar acirramento da violência contra seu povo
- 23/9**
 - ♦ “Os Estados não nos querem”, afirmam Guarani de quatro países
 - ♦ Indígenas Ka'apor denunciam novas invasões ao território tradicional e omissão do Estado
 - ♦ Para denunciar destruição ambiental, Pataxó ocupam fazenda e apreendem equipamentos da Suzano
- 25/9**
 - ♦ Cimi lança Relatório Violência Contra os Povos Indígenas na Alemanha
- 29/9**
 - ♦ Contrariando ruralistas, General afirma que paraguaios não participaram de retomadas no MS
- 30/9**
 - ♦ Crise humanitária dos Guarani-Kaiowá é tão grave que cabe em diversas relatorias de direitos humanos da ONU
 - ♦ Famasul e Acrissul contra um advogado Terena no MS: “Querem nos intimidar usando todo poder que têm no estado”
 - ♦ Kaingang retomam terra ancestral em Canela (RS)
 - ♦ Pressionada por despejos contra aldeias Pataxó, Funai publica relatório de Cahy-Pequi (BA)
 - ♦ Povo Terena retoma três fazendas da TI Taunay-Ipegue (MS)
- 30/07**
 - ♦ Movimento de mulheres indígenas da BA realiza encontro para discutir terra, violência e gênero
 - ♦ Nota do Cimi Amazônia Ocidental sobre a morte da liderança Txate Ashaninka
- 31/07**
 - ♦ Cacique Aruã Pataxó é criminalizado por defender direitos indígenas

Esta terra é nossa!

"Karosakaybu (Deus) deixou esta terra para nós, para que nós cuidemos dela e ela nos cuide e alimente. Não deu a terra para que o governo a destrua com os grandes projetos e hidrelétricas, hidrovias e estradas, agronegócio e mineração, madeireiras e fazendas. Por que o governo não quer demarcar nossa terra?", questionou o cacique Juarez Saw na Assembleia Munduruku

Paulo Rodrigues e Haroldo Santo, Missionários do Cimi Regional Norte II
Lourdes Duarte, Coordenação do Cimi Regional Mato Grosso
Fernando López, Missionário do Cimi Regional Norte I, equipe Isolados

A Müy Oso (Cobra Grande) do Tapajós acordou de seu invernol letargo e levanta a todos os seus guerreiros e guerreiras para defenderem a vida das florestas e dos rios da *Ipixi* (Mãe Terra). A *Munduruku Eawero'ap* (Assembleia) iniciou com a força da mata e o canto das águas, com a beleza das pinturas e dos enfeites, de festa e de guerra, dos Munduruku e dos povos do Tapajós. *Karosakaybu* (Deus) convocou a todos os seres que habitam na *Awaydip* (Floresta) e no *Idixidi* (Rio Tapajós) para participarem deste momento. Ele cuida de todos, nos sustenta com os frutos e animais da floresta, com os peixes dos rios. A todos refresca e banha com suas águas límpidas e cálidas. *Karosakaybu* criou todos os seres conectados num grande abraço de irmandade, para que se ajudem e cuidem uns dos outros, para que juntos defendam e multipliquem a vida.

A Assembleia Munduruku do Médio Tapajós aconteceu às margens do Rio Tapajós, na aldeia Dacê Watpu da Terra Indígena (TI) Daje Kapap Eipi (Terra da travessia dos porcos, segundo a cosmovisão Munduruku), localizada no município de Itaituba, no Pará, entre os dias 22 e 26 de setembro de 2015. Participaram mais de 300 lideranças, guerreiros (as) Munduruku do baixo, médio e alto Tapajós, juntamente com parentes de outros povos indígenas e ribeirinhos da região e mais de 60 *pariwat'yü* (brancos), aliados e aliadas de distintas organizações, movimentos e instituições, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - Regionais Norte I, II e Mato Grosso, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), o Fórum da Amazônia Oriental (Faor), Greenpeace, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Movimento Tapajós Vivo, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério Público Federal (MPF), servidores públicos de saúde e educação e jornalistas de meios de comunicação alternativos, tais como a Rádio Rural de Santarém, Repórter Brasil, BBC da Inglaterra e um jornalista independente da França.

Os Munduruku acolheram todos de forma carinhosa e solidária. Depois iniciaram a Assembleia com um ritual, onde todos os membros da comunidade exibiam belos enfeites de variadas cores, colares e penas. Os corpos estavam pintados, para a festa e a guerra. Havia cantos e danças. Vozes e braços entrelaçados na mesma *Topanha Baca* (Força de Deus) e com todos os seres, espíritos e povos da Amazônia. Da *Ipixi*, as lideranças pediam luz, força, sabedoria e a coragem de *Karosakaybu* para todos os povos do Tapajós e do mundo e para seus aliados, que lutam na mesma causa: enfrentar e resistir, determinadamente, a todos os projetos de morte pensados para a região, como as hidrelétricas, as fazendas, o agronegócio, a mineração, as petroleiras, as madeireiras, as hidrovias e as estradas. Projetos estes que cortam, envenenam e matam os rios e as florestas, os povos e seres que nelas habitam, e que só buscam o lucro imediato à custa da exploração e depredação da *Uk'a Xixi'a* (Casa Grande) e de todos os seus habitantes ancestrais.

Na tarde do primeiro dia da Assembleia, os Munduruku lembraram do grande sofrimento que estão passando os indígenas Guarani e Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul, reafirmando a solidariedade com esses "parentes" que só querem ter as suas terras de volta para poder viver.

Nos dois primeiros dias foram debatidos os temas da Saúde e Educação Indígena. Lamentavelmente, não se fizeram presentes as chefias dos órgãos governamentais de saúde e de educação escolar indígena para dialogar com os Munduruku sobre os inúmeros problemas e as dificuldades na execução destas políticas. Eles denunciaram, mais uma vez, a precariedade da assistência à saúde e, como medida de pressão e força, foi decidido que os agentes de saúde presentes não poderiam sair até o final da Assembleia. Os Munduruku repudiaram a ausência da Coordenadora do Polo de Saúde Indígena do Médio Tapajós.

Em relação à Educação Indígena, só se fez presente a professora da Coordenação Multirracial, que representou a Secretaria de Educação de Itaituba. Os professores

Fotos: Marco Nóbis



e professoras indígenas denunciaram o descaso desta secretaria. "Escola diferenciada, currículo diferenciado, língua materna, calendário diferenciado, etc, quem faz é a própria comunidade!" – foi o grito comum. Também exigiram que melhorassem a infraestrutura das escolas, a oferta e a qualidade da merenda escolar, o salário dos professores, etc. "É longo o caminho e dura a luta. Mas nunca devemos perder a esperança, guerreiros e guerreiras pela educação indígena diferenciada!", afirmou a professora Iara Arapium, de Santarém.

Verdade inquestionável

O tema principal foi tratado no terceiro dia do encontro: a demarcação da T.I. Daje Kapap Eipi e os impactos socioambientais dos mega projetos sobre este território sagrado.

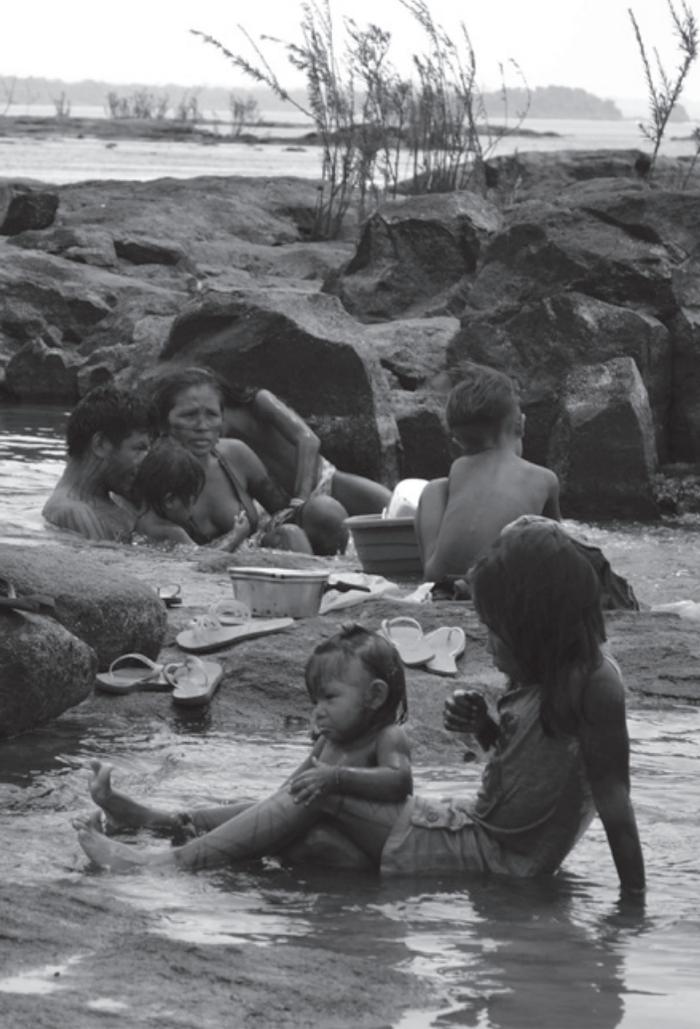
O procurador Felício Pontes Junior, do MPF do Pará, foi o principal convidado para a mesa de debate. Os guerreiros e guerreiras Munduruku, pintados e enfeitados, o receberam na beira do Rio Tapajós com cantos, danças e gritos de ordem. Um momento que emocionou a todos foi quando uma criança Munduruku cantou em homenagem e sinal de esperança de luta pela vida. Ao longo de todo o dia e parte da noite as lideranças falaram em tom forte (mais de 50 pessoas) e apresentaram suas reivindicações ao procurador.

As lideranças mais velhas apresentaram a *Icemat* (Verdade Inquestionável) para Felício, ressaltando que "quando os portugueses chegaram há 500 anos, nós já estávamos aqui... Esta terra é nossa! Nossa vida depende da floresta, do rio, da Mãe Terra... Não queremos créditos de carbono na nossa terra! Não queremos os rios e matas cortados pelas hidroelétricas! A mãe não se vende! A mãe não se negocia!".

As lideranças do baixo Tapajós colocaram: "Estamos preocupados com a Hidrelétrica de São Luís e as outras que querem construir no médio Tapajós e em seus afluentes... Elas vão afetar também a nós, povos indígenas do baixo Tapajós e Arapiuns. As hidrelétricas cortam e matam o rio". O governo pretende construir mais de 40 hidrelétricas na bacia do Tapajós. E os indígenas concluíram: "Com o rio acontece o mesmo como com a cobra: Quando toras uma cobra com um facão em qualquer ponto do corpo, ela toda sofre e morre. Igual sucede com o Rio Tapajós, quando o cortas em qualquer ponto, ele e nós todos sofremos e morreremos!".

O cacique Juarez Saw Munduruku, da aldeia Sawre





Muybu, está ameaçado de morte. Ele é uma das lideranças na luta pela demarcação da T.I. Daje Kapap Eipi, uma das cabeças da resistência e insurgência contra os grandes projetos e as hidrelétricas no Tapajós. Ele falou para o procurador Felício: “Nós não estamos pedindo esta terra ao governo... A terra é nossa! Foi *Karosakaybu* (Deus) – e não o governo – quem deu esta terra aos nossos avós e antepassados no início dos tempos. Nós só exigimos que o governo assuma e reconheça o que é nosso, que esta terra é nossa! *Karosakaybu* deixou esta terra para nós, para que nós cuidemos dela e ela nos cuide e alimente. Não deu a terra para que o governo a destrua com os grandes projetos e hidrelétricas, hidrovias e estradas, agronegócio e mineração, madeiras e fazendas”. Juarez terminou sua colocação perguntando a Felício: “Por que o governo não quer demarcar nossa terra? Temos o relatório pronto de identificação. Por que não reconhece já nossa autodemarcação?”

Muito tocante e bonito foi a solidariedade e o apoio, expressos neste momento, ao cacique Juarez por parte de todos os caciques e as lideranças indígenas e ribeirinhas da bacia do Tapajós.

A líder Maria Leusa Munduruku, coordenadora da *Yperag Ayu* (Associação dos Guerreiros e Guerreiras Munduruku do Alto Tapajós), denunciou a criminalização das lideranças Munduruku e o preconceito que vinha sofrendo: “Sou apelidada e conhecida pelos inimigos como bandida. Eu pergunto: ‘Por organizar e defender o meu povo e nossa terra sagrada, sou bandida?’. Se é assim, vou continuar sendo cada vez mais bandida e animo a todos os parentes Munduruku a serem cada dia mais bandidos e bandidas!”. Sobre a autodemarcação, a líder expressou ao procurador Felício: “A gente foi em Brasília para exigir a demarcação. Porém, não aconteceu nada! Voltamos tristes. Mas, como sempre fazemos, sentamos juntas, as lideranças, para conversar e pedir luz para nosso *Karosakaybu* e Ele nos iluminou falando: ‘Avancem vocês mesmos, povo Munduruku, com a autodemarcação da Terra que dei a seus avós’. E Leusa continuou: “Parentes, não podemos esperar que a solução venha de cima, do governo, nem do Ministério Público Federal. A gente é quem tem que mobilizar e fazer acontecer a demarcação de nossa terra e pressionar para que o governo reconheça a nossa autodemarcação!”.

A líder dos guerreiros e guerreiras animou também seu povo para continuar lutando para que sejam respeitados seus lugares sagrados. Afirmou, categoricamente, que com o “*ikukpiat*” (Mundo Sagrado) não se mexe. “Não podemos

ficar tristes... Muitas situações já enfrentamos: madeiros, palmeiros, garimpeiros... As *Itig’a* (Urnas Sagradas) das Sete Quedas, onde estão enterrados nossos antepassados, foram violadas e tiradas... Nós não queremos indenização. A terra, não se vende nem um pedaço! A terra onde estão enterrados nossos antepassados é sagrada, não é mercadoria, não se vende! Queremos que as urnas sagradas sejam devolvidas e fiquem onde nossos antepassados as colocaram!”.

Foi retomado o tema do respeito ao mundo sagrado e à sabedoria indígena “no diálogo entre cientistas *pariwat’yü* (brancos) e sábios Munduruku”. Os indígenas, anciãos e pajés ressaltaram a importância de que “os cientistas e o governo aprendam a escutar os nossos saberes ancestrais e a respeitar a sabedoria dos povos indígenas”. Com muita firmeza e humildade, os sábios indígenas questionaram e agradeceram aos cientistas aliados por apoiar a luta dos povos indígenas do Tapajós contra os grandes projetos de barragens.

Por último, a guerreira Leusa ressaltou a importância da união e das alianças: “A união entre nós, Munduruku, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e aliados é muito importante. Há que fortalecer as alianças entre todos”. E também destacou a importância da luta nos distintos níveis: “Como povo Munduruku, nossa luta principal é aqui, no nosso território. Mas também necessitamos das alianças para que nossa luta seja conhecida e tenha mais força em Brasília e no mundo. Eu agradeço de coração muito a vocês, aliados e aliadas!”.

A luta do Jabuti contra a Onça

Depois de escutar mais de 50 lideranças ao longo do dia, já entrando na noite, o procurador Felício Pontes agradeceu a todos. Inicialmente, ele recordou a luta travada há 20 anos, em que os Munduruku e os povos do Tapajós conseguiram frear o projeto de construção da hidrovia Teles Pires – Tapajós, que inundaria 99 corredeiras para facilitar o escoamento mais barato do agronegócio de Mato Grosso pelos rios. Ele lembrou que aquela luta foi vencida na instância da justiça local, com a realização de audiência pública, em Santarém, no Pará. E concluiu: “As lições que tiramos daquela luta é que esses projetos muito grandes só podem ser vencidos com a união”. Mas também advertiu: “Lutar contra uma hidrovia é mais fácil que lutar contra uma hidrelétrica. Necessitamos juntar muitos parceiros! Fiquei muito contente ao ver o expressivo número de parceiros nesta luta presentes aqui na Assembleia. Cada parceiro tem uma contribuição muito importante a dar. Precisamos de todo mundo. É a luta do Jabuti (nós) contra a Onça (governo). E o Jabuti sempre venceu a onça com astúcia e estratégia”.

Reunido em Assembleia, povo Munduruku reafirma sua luta contra as hidrelétricas no Rio Tapajós e em seus afluentes e demanda o reconhecimento da autodemarcação da T.I. Daje Kapap Eipi

O procurador explicou também sobre as duas ações que o MPF tem encaminhado a favor dos povos do médio Rio Tapajós. “A primeira ação é contra as hidrelétricas e argumenta que não foi feita a consulta prévia. Nela, foi fundamental o Protocolo de Consulta elaborado pelos Munduruku, que explica como essa consulta deve ser feita. A segunda ação

determina que a Funai publique o relatório de identificação da T.I. Daje Kapap Eipi. As duas ações do MPF foram vitoriosas nas instâncias locais. Porém, foram derrubadas em Brasília pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)”. Expressando sua preocupação, ele concluiu: “A mesma coisa aconteceu com a Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, em Altamira”. Para fortalecer esta luta em Brasília, o procurador apontou a estratégia de “juntar a força de ribeirinhos, indígenas e aliados, e também continuar mobilizando e pressionando no nível local, mas também no nacional (Brasília) e internacional”. Felício advertiu ainda sobre as armadilhas das empresas e do governo: “Eles falam para as lideranças nas aldeias que vão ter escolas e postos de saúde quando fizerem as hidrelétricas... Mas saúde e educação são direitos constitucionais conquistados. Não se negociam! Vocês têm o direito à educação, à saúde e ao rio vivo!”.

Foi também muito bem recebida pela Assembleia a mensagem que o procurador Camões, do MPF de Santarém, enviou pelo rádio. “Infelizmente não pude estar com vocês nesta vez, nesta importante Assembleia Munduruku. As razões de minha ausência são maiores que minha vontade. Meus pais estão doentes. Eles estão precisando de meu apoio e minha presença. Tenho certeza que podemos contar, eu e meus pais, com a compreensão e torcida de vocês”.

Camões informou ainda sobre o processo atual da T.I. Daje Kapap Eipi. “As batalhas pelo respeito à cultura Munduruku continuam. Recentemente, tivemos uma decisão judicial ruim. A sentença que conseguimos na Justiça Federal de Itaituba, que determinou que a Funai publicará o relatório de delimitação da T.I., foi suspensa por ordem do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) em Brasília. Apesar de nós termos, por diversas vezes, nos reunido com o desembargador para mostrar a importância da demarcação do território de vocês. Todos nós sabemos que Daje Kapap Eipi pertence ao povo Munduruku. Sabemos também que os interesses contra a demarcação desse território são muito fortes. Mas os Munduruku são muito mais fortes! Ainda temos muito que fazer nessa luta. Continuamos juntos! *Sawê!* (Coragem, vamos em frente para a luta!)”, concluiu Camões.

A Assembleia se prolongou um dia a mais do “oficialmente previsto”. Nele, as lideranças Munduruku planejaram as estratégias e novas ações de luta pelo reconhecimento da autodemarcação da T.I. Daje Kapap Eipi e pela suspensão dos projetos hidrelétricos no Tapajós e em seus afluentes.

Agradecemos profundamente por todo o aprendizado adquirido nesses dias de Assembleia com os Munduruku. Destacamos, de modo particular, a excelente organização dos guerreiros e guerreiras jovens, que deram uma lição pelo serviço incansável.

Muitas lideranças Munduruku iniciavam e acabavam suas falas agradecendo e/ou pedindo a força e a proteção de *Karosakaybu* (Deus). Como Cimi, aliados e aliadas na mesma causa dos povos indígenas, nos juntamos a esse agradecimento e petição: que *Karosakaybu* ilumine e fortaleça nossa missão comum de construir o Bem Viver e cuidar da Casa Comum, para que nossos filhos e os filhos de nossos filhos possam continuar a dança da vida sobre a Mãe Terra. “*Sawê!*”.



Xavante: da paz traída à guerra

Benedito Prezia, Historiador

A invasão do território Awen-Xavante, na região central de Goiás, por aventureiros paulistas em busca de ouro e escravos no final do século XVII, fez com que esses guerreiros se tornassem muito belicosos. Os confrontos eram constantes, com mortes de ambos os lados.

Com a promulgação do Diretório Pombalino e com o fim da mineração, a estratégia oficial passou a ser a de negociação da paz. O governador de Goiás, Tristão da Cunha, propôs um tratado que, na verdade, seria uma rendição e um confinamento nas aldeias oficiais. Dessa forma, a região se livraria dos Xavante e suas terras seriam liberadas para as plantações e a criação de gado. Sem os jesuítas, expulsos em 1759, os aldeamentos passaram a ser administrados por militares, vindo daí a denominação “presídio”.

Em busca desse povo, em 1784, foi enviado um destacamento militar para o sertão de Amaro Leite, na região central da província. No entanto, antes de sua partida da capital Vila Boa, chegou ao governador a notícia de que mais um ataque dos Xavante contra o arraial de Crixá tinha ocorrido, tendo como consequência 12 mortes. Desse modo, numa espécie de operação de guerra, um batalhão de 98 soldados foi enviado à região, apoiados por Kayapó já cristãos da aldeia de São José de Mossâmedes¹.

Depois de um longo percurso, finalmente foi localizada uma aldeia Xavante. Pelo passado conflituoso com os portugueses, seus líderes mantiveram-se arduos. Temendo uma possível reação desses guerreiros, o comandante pediu aos Kayapó para negociarem um acordo amistoso. Entretanto, ao invés de uma negociação de paz, e por serem inimigos desse povo, os Kayapó usaram uma tática tradicional, capturando um guerreiro, quatro mulheres e algumas crianças, que foram levados ao governador.

Em Vila Boa, as mulheres e crianças foram soltas e o guerreiro passou a conviver com o governador, recebendo roupa e farta comida. E, para surpresa de muitos, recebeu também o nome dele, Tristão da Cunha. Deixava, então, de ser um guerreiro Awen e tornava-se o mais novo colaborador do governo.

Após alguns meses de convívio na capital, Tristão da Cunha Xavante, fardado, retornou à sua terra em meados de 1785, acompanhado de militares e guerreiros Kayapó, com a missão de convencer seus parentes a aceitarem a paz dos portugueses e mudarem-se para um aldeamento.

Depois de ouvirem a proposta apresentada por Tristão, os Xavante disseram que necessitavam de um tempo para conversar com a comunidade antes de dar uma resposta. Após um período, o aguardado grupo de Xavante retornou pouco animado, já que não acreditavam nos

“brancos”. Percebendo que a negociação poderia fracassar, o capitão português pediu que o chefe Kayapó interferisse. Em tom ameaçador, ele afirmou que se o grupo não se rendesse e fosse para o aldeamento como os Akroá, Xakriabá, Karajá e Javaé tinham feito, eles “seriam

todos mortos a ferro e fogo”, ali mesmo. Intimidados, os Xavante aceitaram se entregar.

Assim, 80 famílias desse povo foram levadas para o recém criado aldeamento Pedro III, na região do Rio Carretão, no centro da província de Goiás.

Os contatos e as negociações continuaram e, dois anos depois, em janeiro de 1788, outro grupo de 3 mil Xavante, comandados pelo cacique Arientomô-laxê-Ki, chegou ao Carretão. Em meio a festas, eles aceitaram “ser vassalo fiel da rainha de Portugal, Maria I”.

Devido à limitação financeira da província, logo a ajuda alimentar aos indígenas foi interrompida. Sem terra para garantirem a própria subsistência e sem a liberdade de viverem no Cerrado, esse suposto “paraíso” tornou-se uma prisão. Para piorar, muitos indígenas eram levados para trabalhar nas roças, num regime de semiescravidão, além de serem explorados pelos soldados da guarnição, que exigiam a metade do milho moído. O confinamento facilitou também o surgimento de doenças, como o sarampo, que matou várias dezenas de Xavante.

Zoroastro Artiaga, pesquisador goiano, relata um suposto envenenamento da água que abastecia a aldeia com cianureto de potássio e que causou “só em uma noite 500 mortes”². Embora esse fato não tenha sido comprovado, nada de benéfico havia que favorecesse a permanência no local.

Articulados, os Xavante começaram a abandonar o Carretão. Atravessaram o Rio Araguaia, embrenharam-se no Mato Grosso, na região do Rio das Mortes, e seguiram depois para o norte, na região de São Félix. Como escreveu Emanuel Pohl, que passou pelo Carretão, em 1819, “estes homens maltratados transformaram-se, de aliados, nos mais perigosos e fidaçais inimigos”³.

Assim, os Xavante declararam guerra a todos os não índios. Uma guerra que durou mais de um século e meio. A trégua só veio em 1947, quando esse povo aceitou uma nova aproximação pacífica⁴.

1 Estes são os Kayapó Meridionais, hoje conhecidos como Panará, que vivem no norte do Mato Grosso.

2 *Dos índios do Brasil Central*, Goiás: Depart. Estadual de Cultura, s/d [1949], p. 123.

3 *Viagem ao interior do Brasil* [1820], 1976, p.237, ap. MOURA, Marlene, *Os Tapuios do Carretão*, 2008, p. 95.

4 SOUZA, Lincoln, *Os Xavantes e a civilização*. Rio de Janeiro, IBGE, 1953.

